



**Universidade do Minho**

# Assimetrias e Convergência Regional: Implicações para a Descentralização e Desconcentração do Estado em Portugal

Fernando Alexandre

## **Ciclo de Conferências**

“Políticas de demografia, território e descentralização: Balanço 2014-2020, Perspetivas & Propostas de Ação Alto Minho 2030

Trabalho realizado para a Associação Comercial do Porto

Fernando Alexandre (Coordenação), João Cerejeira, Miguel Portela, Miguel Rodrigues e Hélder Costa

Outubro de 2019, Vila Nova de Cerveira



# Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas



# Índice

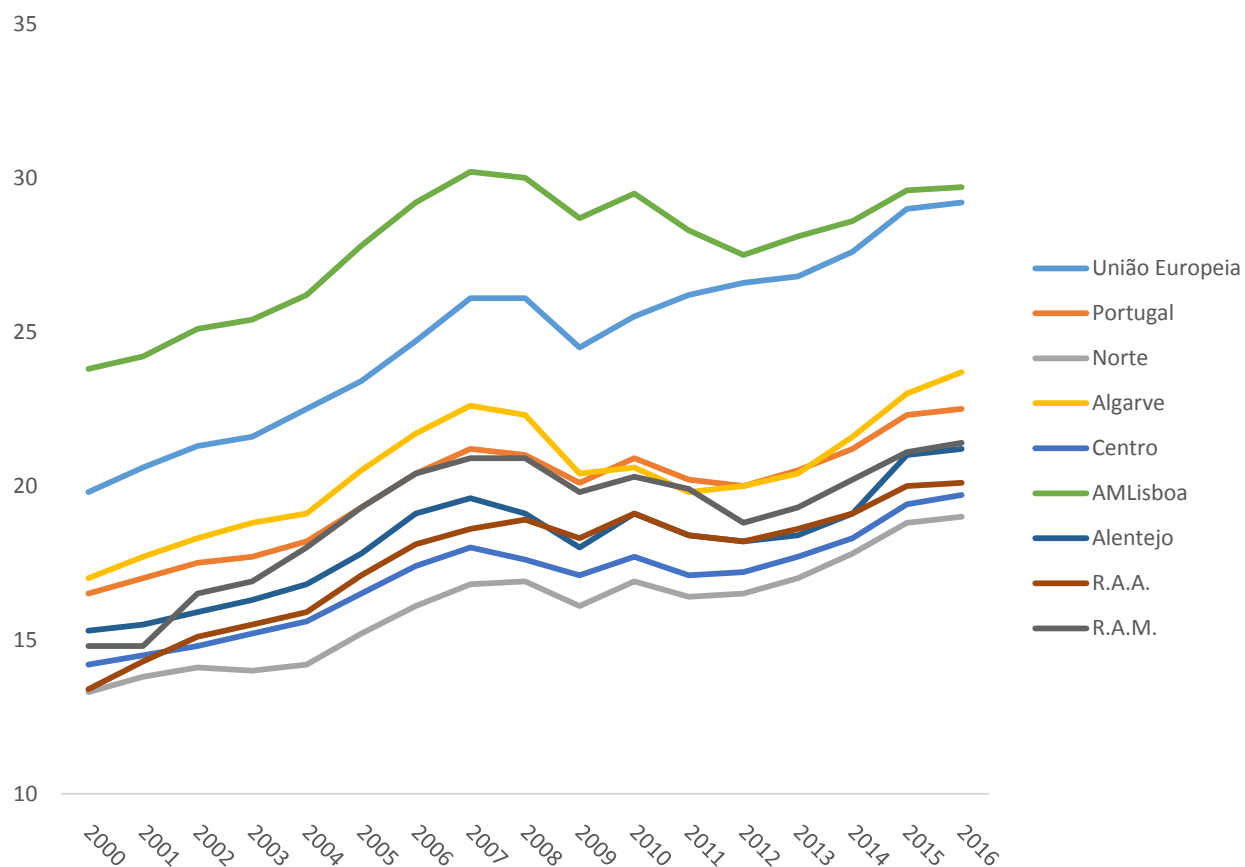
- 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações**
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

PIB per capita PPS (milhares de euros)



**2000:**

PIB *pc* português 83% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 120% da UE-28

**2008:**

PIB *pc* português 81% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 115% da UE-28

**2016:**

PIB *pc* português 77% da UE-28

PIB *pc* da AM Lisboa 102% da UE-28

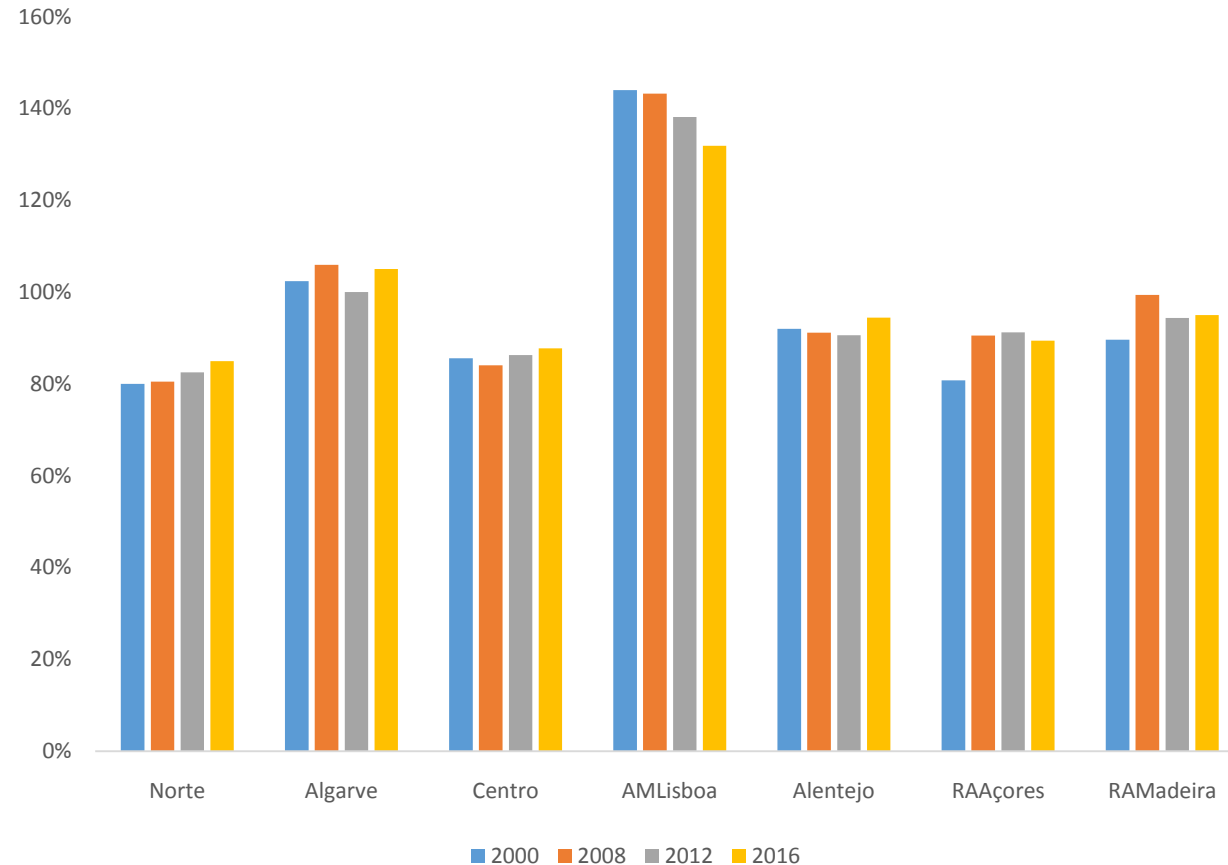
Nos anos 2000 registou-se uma divergência da economia portuguesa em relação à UE-28, que se acentuou com a crise financeira internacional e a crise da Zona do Euro.

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

Percentagem do PIB *per capita* das regiões NUTs II (Portugal = 100)



Algarve e AM Lisboa têm PIB *pc* superior à média nacional.

PIB *pc* da AM Lisboa cai de 144% do PIB *pc* nacional, em 2000, para 132%, em 2016

No período 2000-2016, região Norte apresenta o PIB *pc* mais baixo face à média nacional.

Entre 2008 e 2016, as regiões Norte, Centro e Alentejo aumentaram o seu PIB *pc*, para 85%, 88% e 94% do PIB *pc* nacional.

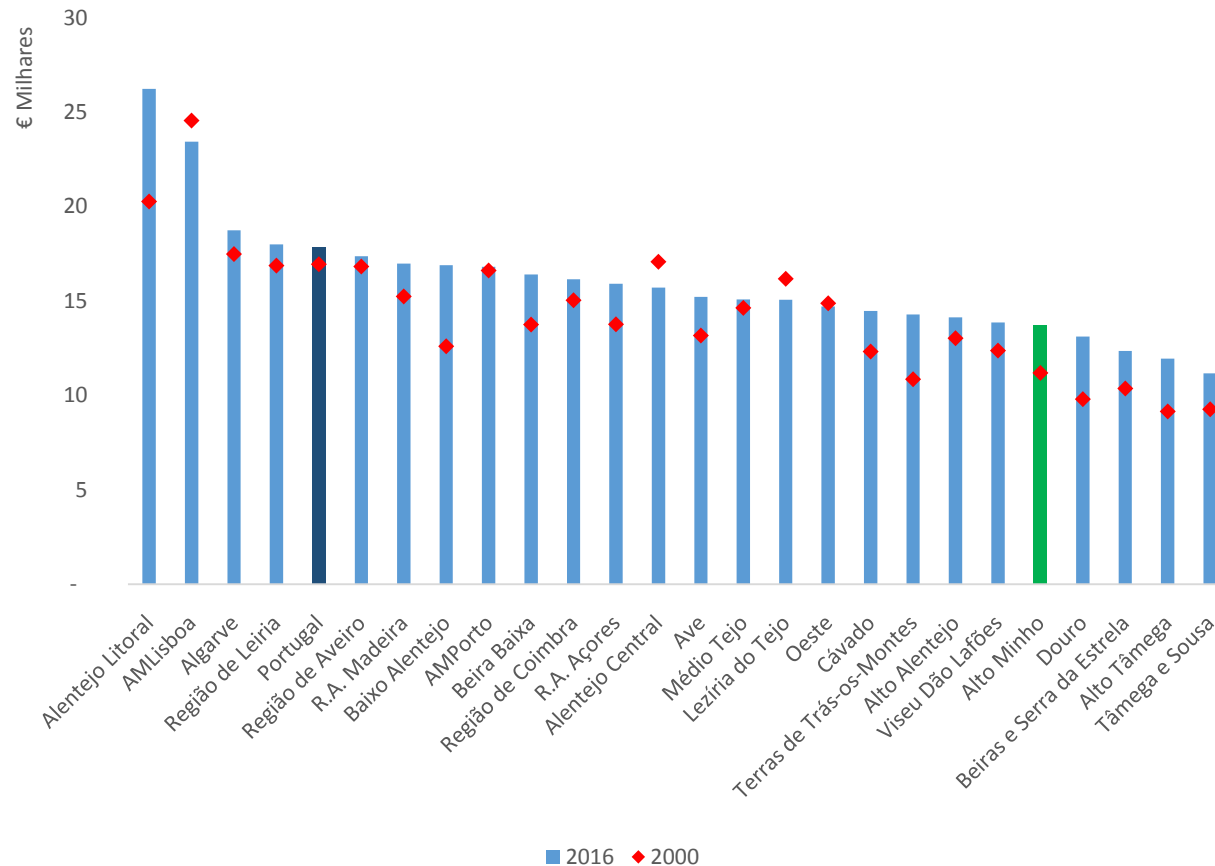
A recessão, no seguimento da crise financeira internacional de 2008, e a recuperação que se seguiu, fizeram-se sentir de forma muito desigual nas diferentes regiões.

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

PIB per capita, regiões NUTS III, 2000 e 2016 (preços de 2015)



## 2016:

Alentejo Litoral tem o PIB *pc* mais elevado, €26 k, 46% superior ao PIB *pc* nacional (€18 k), ultrapassando a AM Lisboa, sendo 135% superior ao do Tâmega e Sousa (região com PIB *pc* mais baixo)

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



## Taxas de crescimento do PIB *pc*, regiões NUTS III (preços de 2015)

Recessão pós-crise internacional muito severa (-12% do PIB *pc* entre 2008 e 2012) e recuperação insuficiente até 2016 para recuperar valores de 2008 (-2%).

Crescimento muito desigual das regiões NUTS III na recessão 2008-2012 e na recuperação 2012-2016.

**Na recessão**, 2008-2012, destacam-se pela negativa: Alentejo Litoral (-17%), Algarve (-17%), Madeira (-16%) e AM Lisboa (-15%)

**Na expansão**, 2012-2016, destacam-se pela positiva: Alentejo Litoral (+29%), Ave (20%), Alto Alentejo e Terras de Trás Os Montes (+18%), Beiras e S. Estrela (+17%), Algarve (16%), Cávado e Aveiro (+15), Alto Minho, Douro e Leiria (+14%)

Em 2016, 4 regiões tinham um PIB *pc* inferior ao de 2000: AM Lisboa (-5%), Alentejo Central (-8%), Lezíria do Tejo (-7%) e Oeste (-1%).

Em 2016, 7 regiões tinham um PIB *pc* inferior ao de 2008, destacando-se AM Lisboa (-10%).

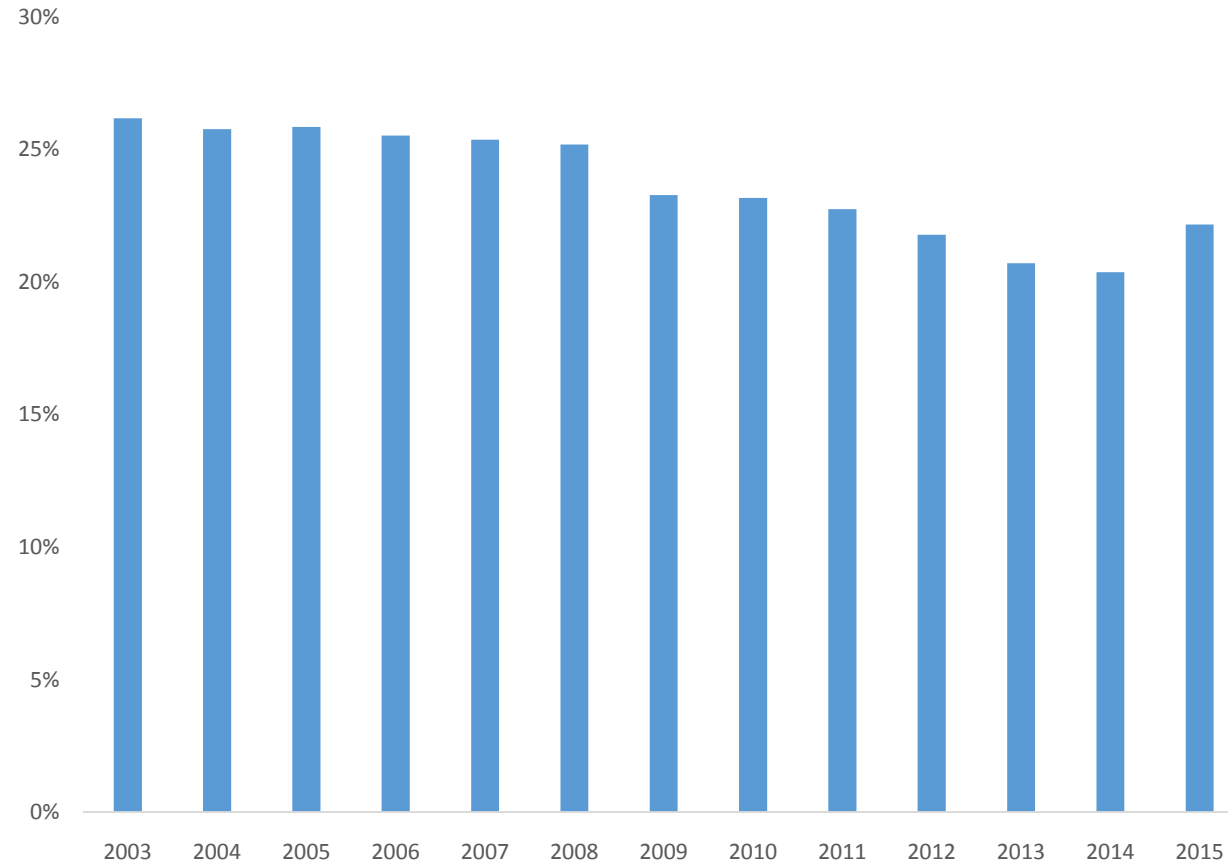
NUTs III	Taxa de crescimento 2000-2016	Taxa de crescimento 2008-2012	Taxa de crescimento 2012-2016	Taxa de crescimento 2008-2016
Portugal	5%	-12%	11%	-2%
Baixo Alentejo	34%	0%	9%	9%
Douro	34%	-2%	14%	12%
Terras de Trás-os-Montes	32%	-9%	18%	7%
Alto Tâmega	31%	-5%	10%	4%
Alentejo Litoral	29%	-17%	29%	7%
Alto Minho	22%	-2%	14%	11%
Tâmega e Sousa	21%	-6%	14%	7%
Beira Baixa	19%	4%	4%	9%
Beiras e Serra da Estrela	19%	-6%	17%	10%
Cávado	17%	-9%	15%	5%
RAAçores	16%	-11%	8%	-3%
Ave	15%	-4%	20%	15%
Viseu Dão Lafões	12%	-9%	10%	1%
RAMadeira	11%	-16%	12%	-6%
Alto Alentejo	8%	-11%	18%	5%
Região de Coimbra	7%	-9%	11%	1%
Algarve	7%	-17%	16%	-3%
Região de Leiria	7%	-11%	14%	1%
Região de Aveiro	3%	-10%	15%	3%
Médio Tejo	3%	-9%	11%	1%
AMPorto	1%	-12%	12%	-2%
Oeste	-1%	-12%	12%	-2%
AMLisboa	-5%	-15%	5%	-10%
Lezíria do Tejo	-7%	-15%	10%	-6%
Alentejo Central	-8%	-11%	12%	0%

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

## Coeficiente de variação, PIB das regiões NUTS III, 2003-2015



O desempenho económico muito diverso na recessão 2008-2012 e na expansão 2012-2016 refletiu-se numa redução da desigualdade regional em termos de PIB.

A redução da desigualdade regional entre 2008 e 2015 resultou numa redução de 12% do coeficiente de variação.

O desempenho económico das regiões é importante porque a região ou cidade onde se nasce ou onde se vive é um fator cada vez mais relevante para a determinação do nível de rendimento individual – mais importante do que o CV de acordo com Enrico Moretti.

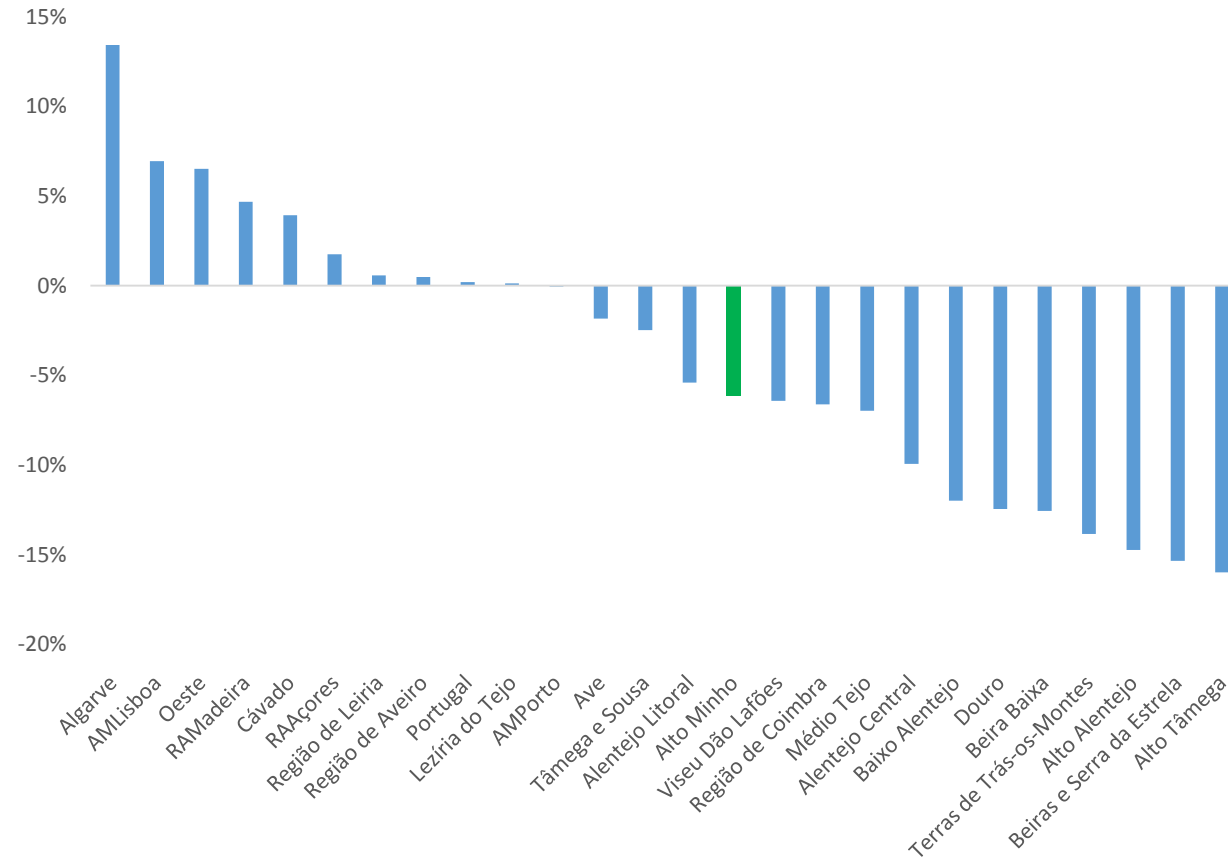


# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

## Variação da população, NUTS III, 2000-2016



Entre 2000 e 2016 a variação da população portuguesa foi praticamente nula (+1%).

**Registou-se grande variabilidade na população das regiões:**

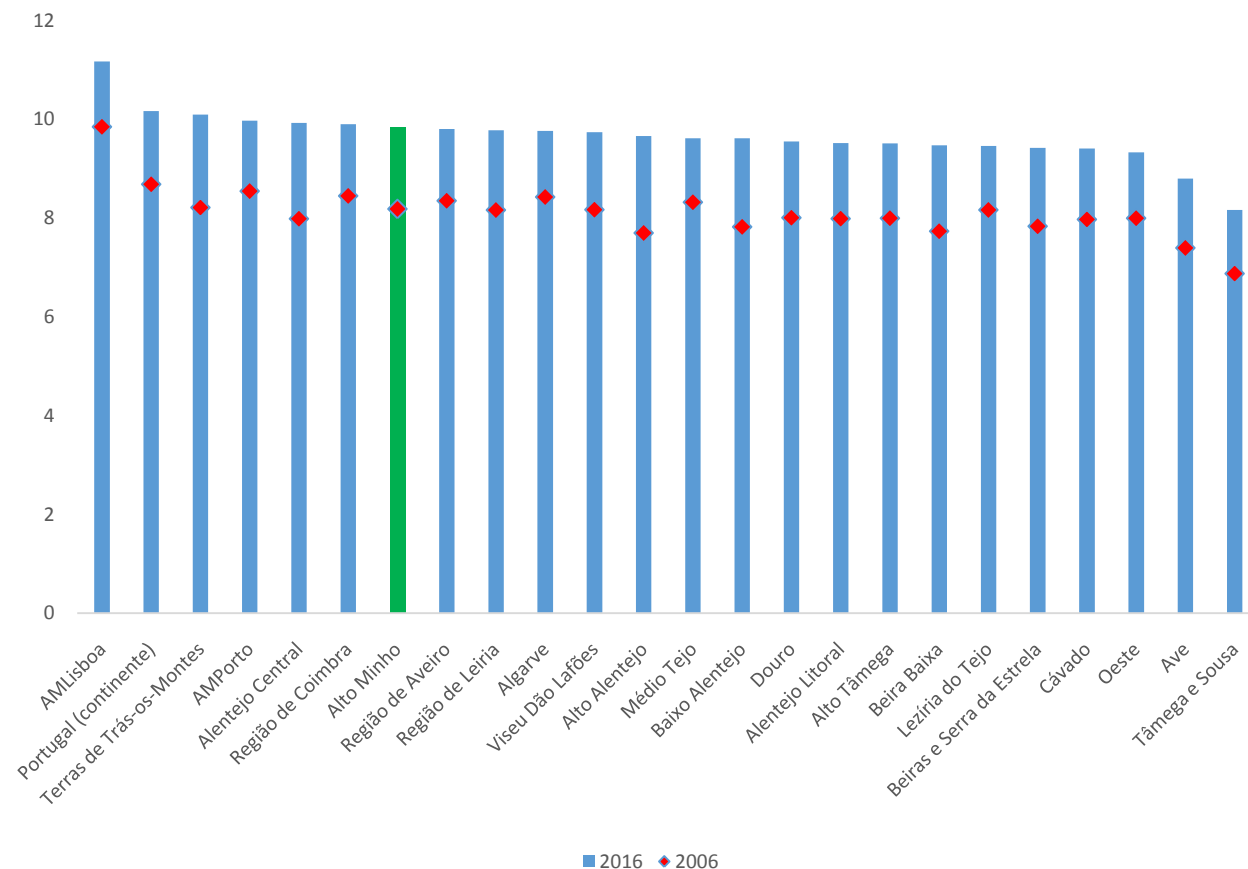
Algarve (+15%), AMLisboa e Oeste (+7%), Cávado (+4%);  
Alto Tâmega (-17%), Beiras e Serra da Estrela e Alto Alentejo (-15%).

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

## Escolaridade média dos trabalhadores, 2006 e 2016



Em 2016, a escolaridade média dos trabalhadores portugueses era 10,2 anos (8,8 em 2006).

AM Lisboa tem escolaridade dos trabalhadores mais elevada: 11,2 anos em 2016 (9,9 anos em 2006).

Tâmega e Sousa (8,2 anos) e Ave (8,8 anos) têm a escolaridade média mais baixa.

As desigualdades regionais em termos de escolaridade refletem-se em desigualdades de rendimento e põem em causa a igualdade de oportunidades.

Tâmega e Sousa e Ave parecem pertencer a outro país. . A escolaridade média destas sub-regiões é inferior à de países como Colômbia, Irão, Botswana,...

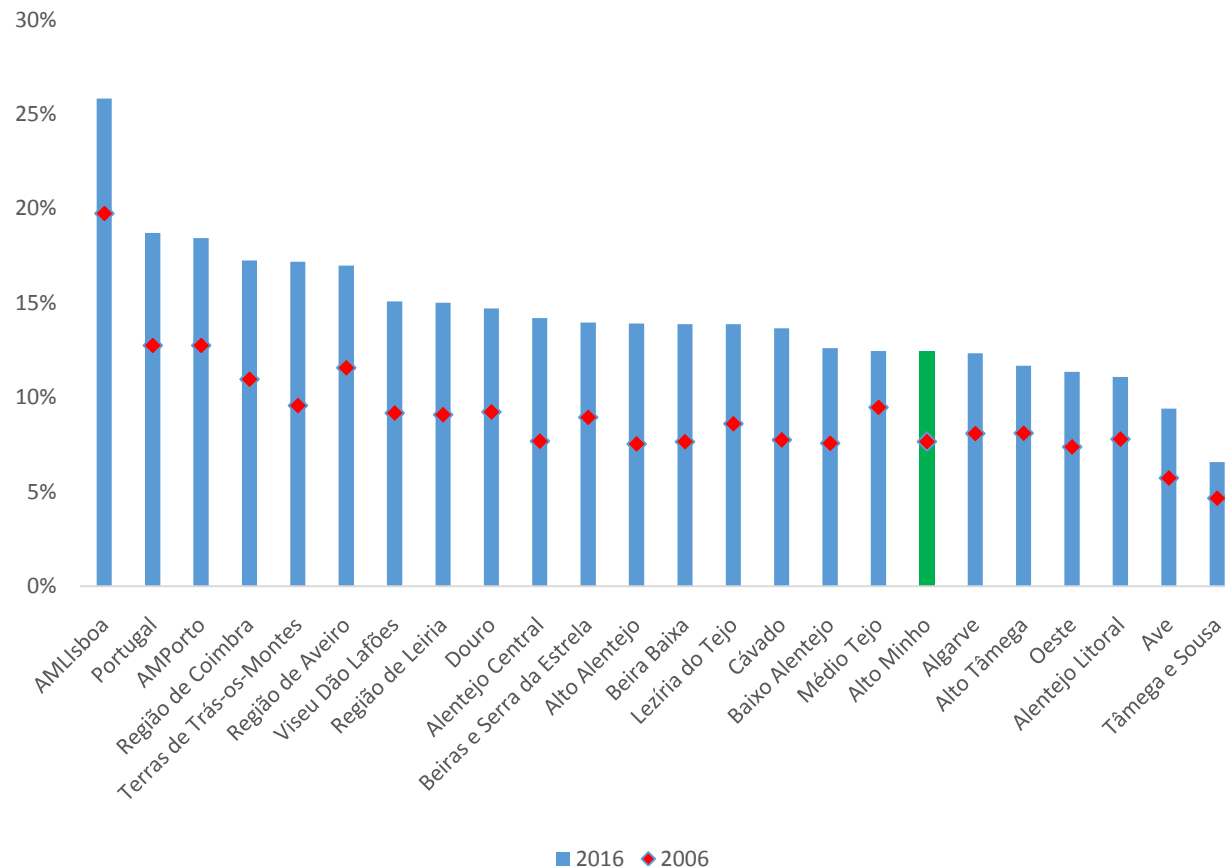
As regiões dos Açores, Madeira e Norte são as regiões NUT2 com menor percentagem diplomados com o ensino secundário completo ou superior da UE28.

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

Percentagem de trabalhadores diplomados, sector empresarial, 2006 e 2016



Em 2016, a percentagem de trabalhadores diplomados em Portugal era 19% (13% em 2006).

Na AM Lisboa, em 2016, 26% dos trabalhadores eram diplomados (20% em 2006).

Na AM Porto, em 2016, 18% dos trabalhadores eram diplomados (13% em 2006).

Tâmega e Sousa (8,8%) e Ave (8,2%) têm as percentagens de trabalhadores diplomados mais baixas.

A globalização e as mudanças tecnológicas têm aumentado a importância dos trabalhadores qualificados na competitividade dos territórios.

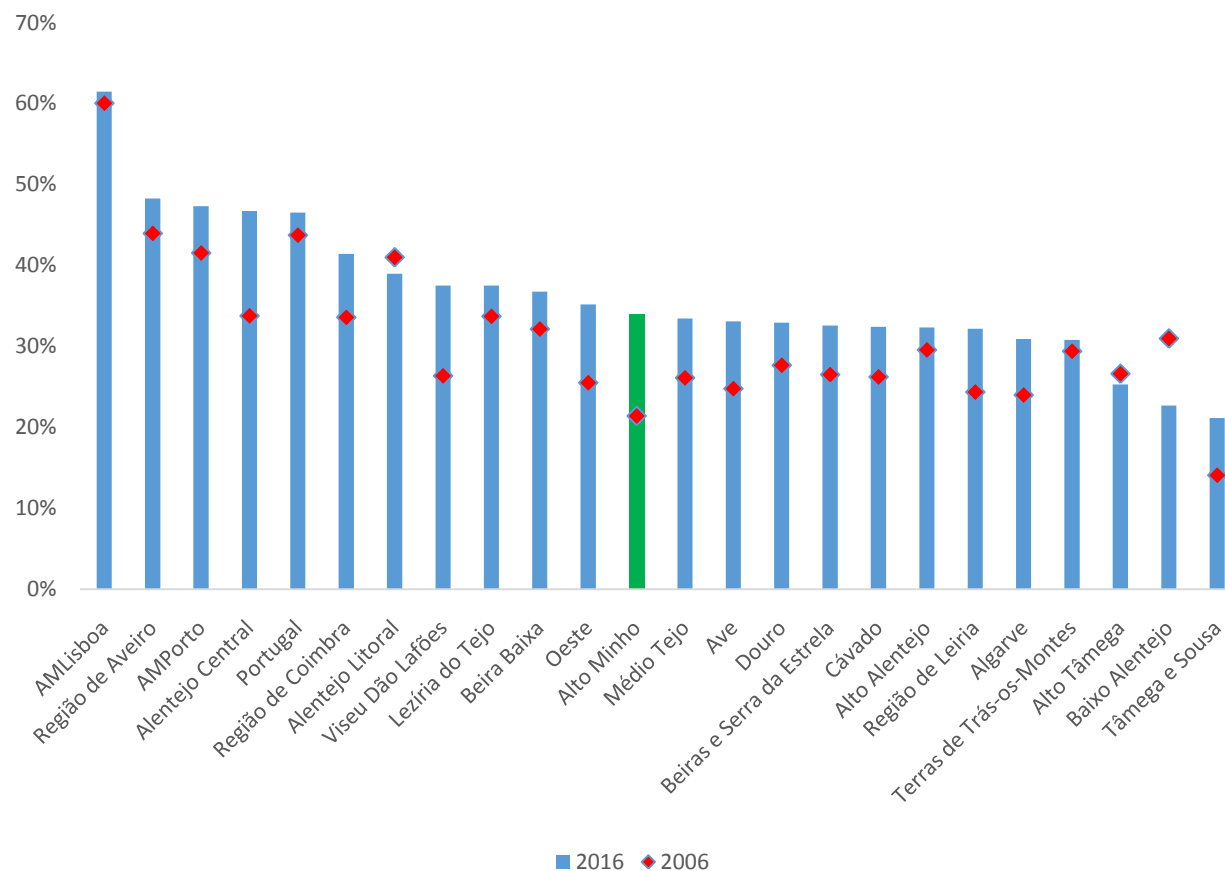
Entre os diplomados ganham importância as áreas CTEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Na região do Ave, região industrial e exportadora, apenas 3% dos trabalhadores eram diplomados nessas áreas, o que pode pôr em causa a sua competitividade no futuro.

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações



Universidade do Minho

Percentagem de gestores diplomados, 2006 e 2016



Em 2016, a percentagem de gestores diplomados em Portugal era 47% (44% em 2006).

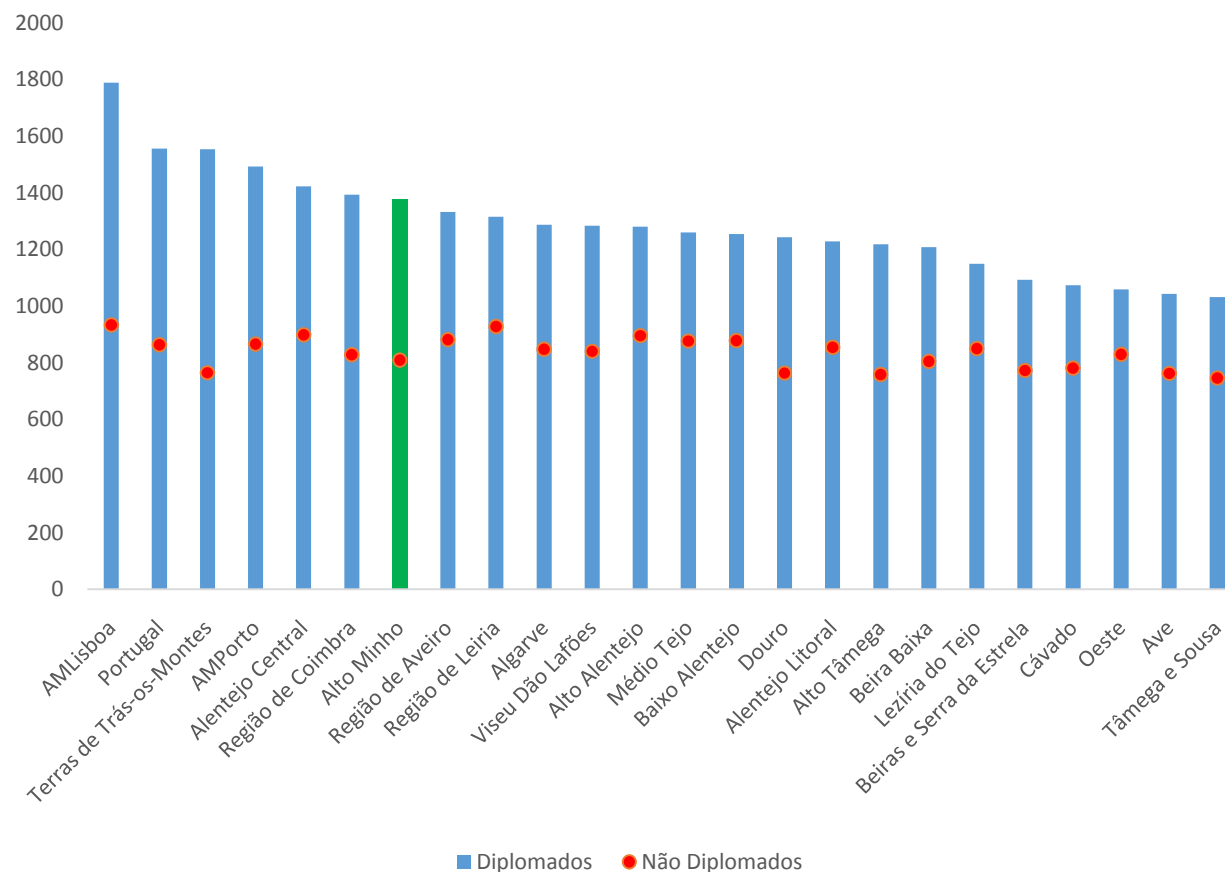
Em 2016, na AM Lisboa 60% dos gestores eram diplomados, em Aveiro 48% e na AM Porto (47%).

Tâmega e Sousa (21%) tem a percentagem de gestores diplomados mais baixa.

A qualidade da gestão é essencial para aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação.

# 1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações

Salários medianos de trabalhadores diplomados e não diplomados, 2016



A globalização e as mudanças tecnológicas têm beneficiado os trabalhadores qualificados em detrimento dos trabalhadores com baixas qualificações.

Em Portugal, o salário mediano dos trabalhadores diplomados é mais do dobro (+103%) do salário dos trabalhadores não diplomados.

A AM Lisboa tem a maior diferença (+106%) e Leiria a menor (+58%) entre os salários de diplomados e não diplomados.



# Índice

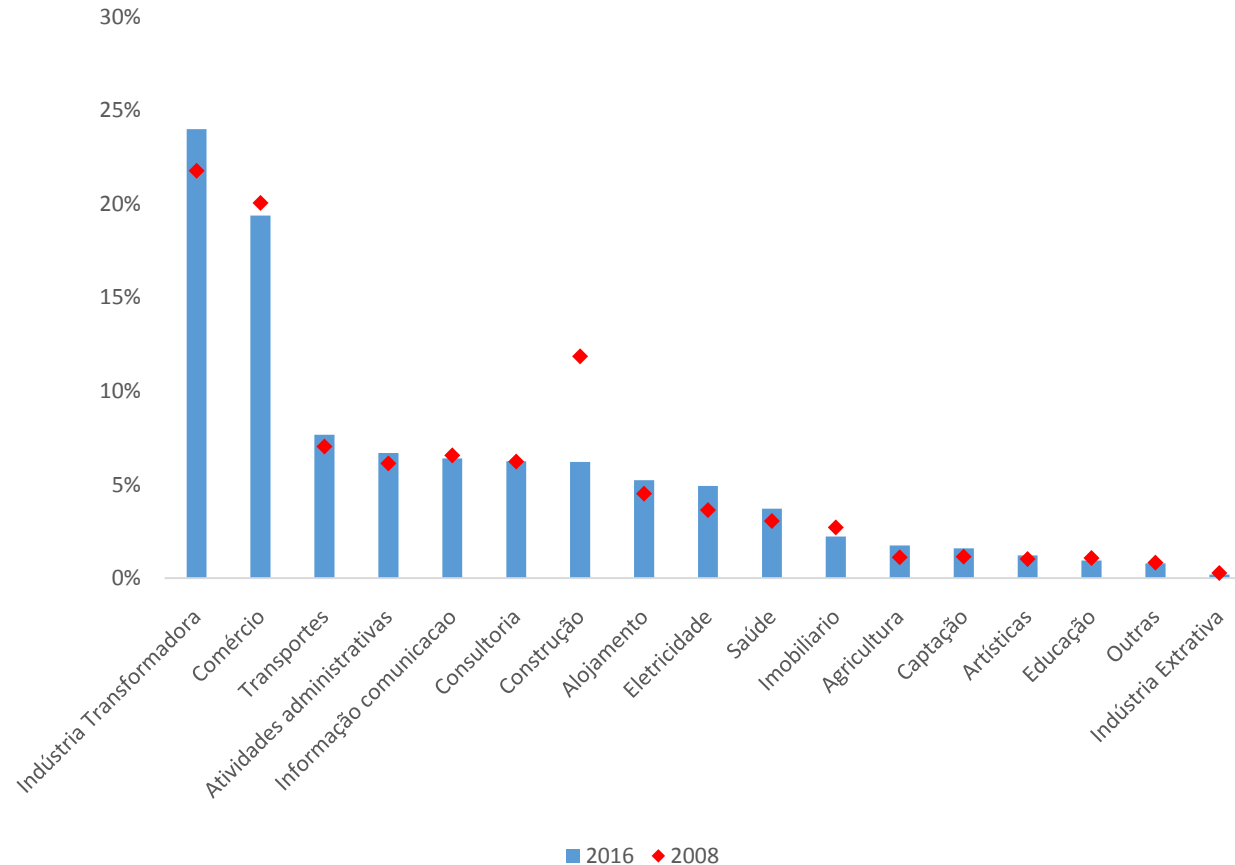
1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
- 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais**
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

## 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais



Universidade do Minho

Peso do VAB das empresas nos principais sectores de atividade, Portugal, 2008 e 2016



A Indústria Transformadora é o sector de atividade mais importante: 24% do VAB total em 2016 (22% em 2008).

Comércio (19% em 2008 e 2016) e Construção (12% em 2008 e 6% em 2016) perderam importância desde o início da crise financeira internacional.

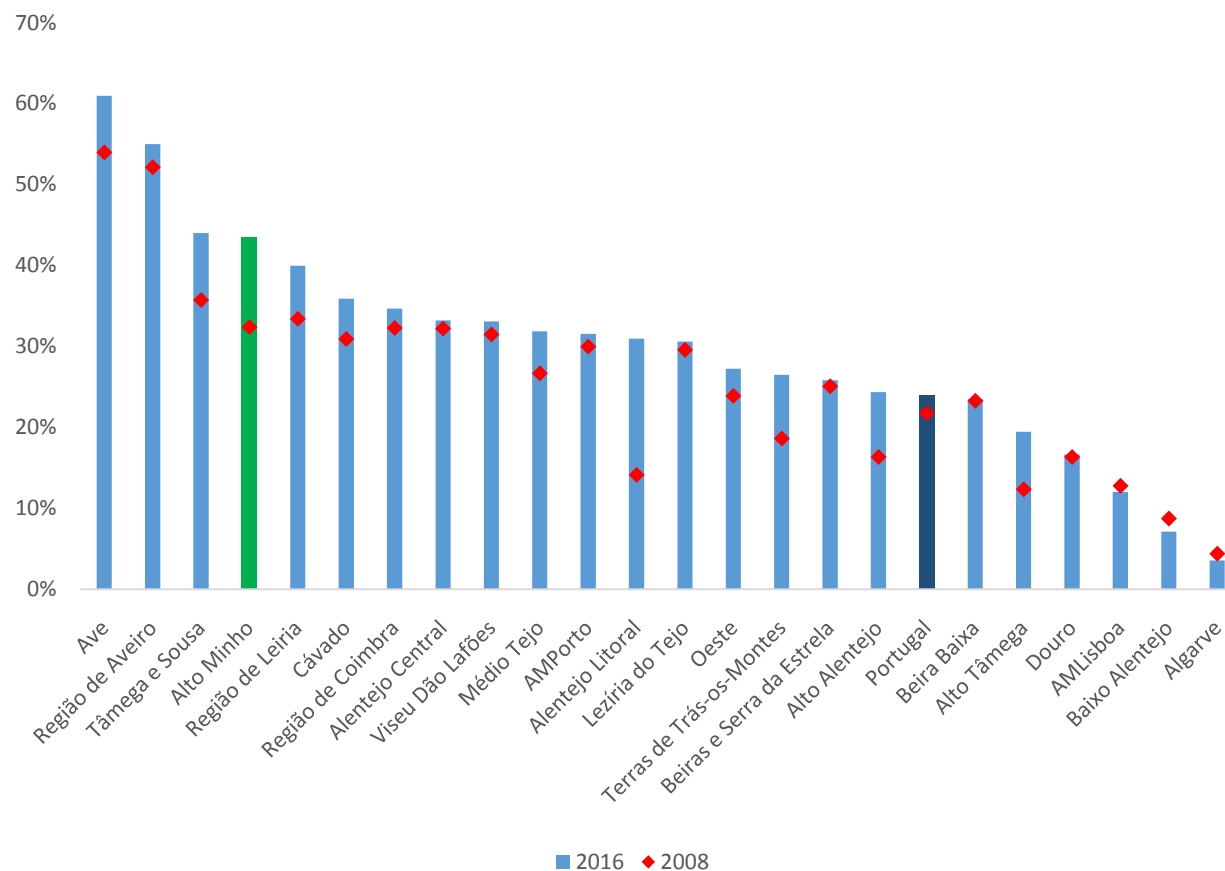
As estruturas sectoriais das regiões portuguesas são muito diversas.

## 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais



Universidade do Minho

Peso da Indústria Transformadora no VAB total da região NUTS III, 2008 e 2016



Entre 2008 e 2016, apenas 4 regiões reduziram o peso da Indústria Transformadora.

Ave e Aveiro destacam-se com um peso da Ind. Transf. no VAB total superior a 50%.

Tâmega e Sousa, Alto Minho e Leiria registaram os maiores aumentos do peso da Ind. Trans. no VAB total, que em 2016 ultrapassava em todas elas os 40%.

O aumento do peso da Ind. Transf. é muito relevante pela sua vocação exportadora e pela capacidade de arrastamento sobre o resto da economia.

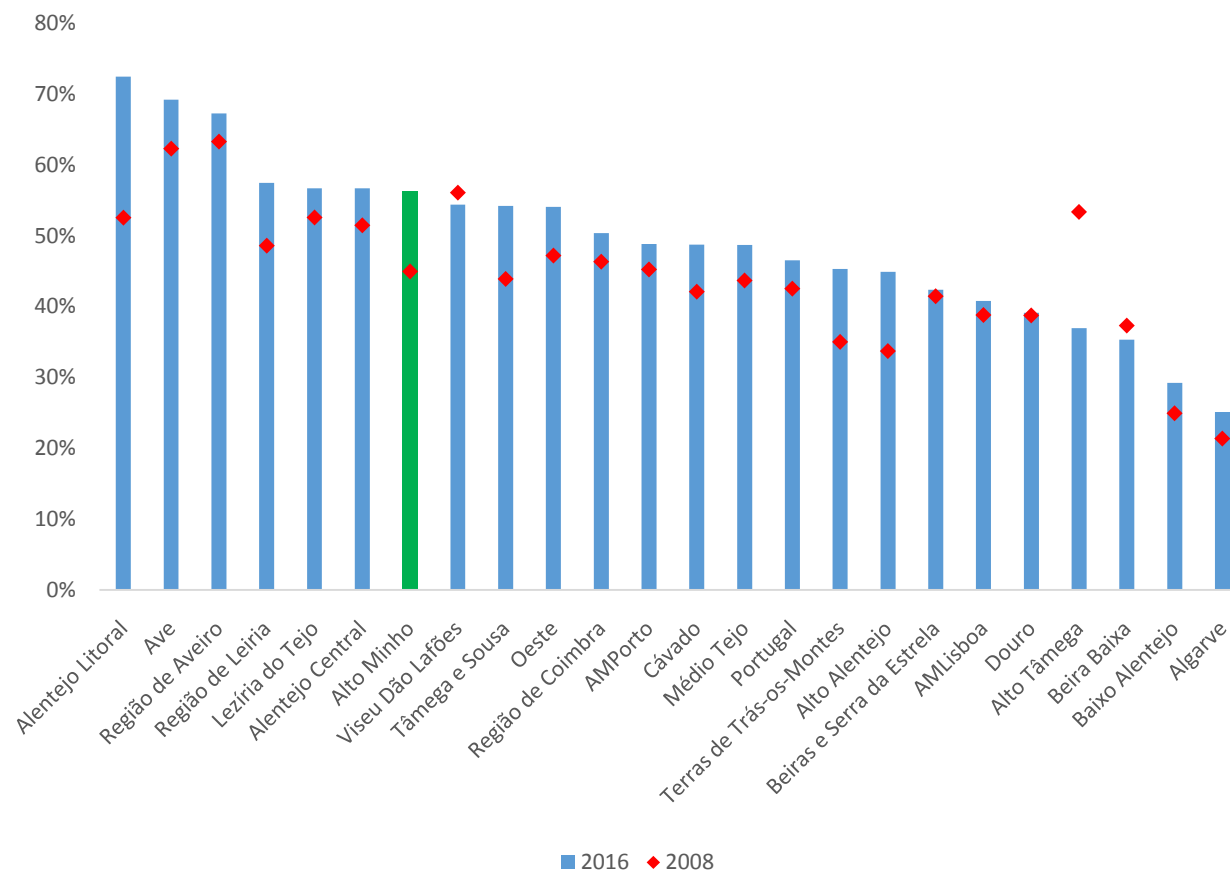


## 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais



Universidade do Minho

Peso do VAB dos sectores transacionáveis no VAB total das NUTS III, 2008 e 2016



Em termos de peso no VAB nacional, entre 2008 e 2016, os sectores transacionáveis aumentaram de 43% para 47%, tendo-se registado em quase todas as regiões.

Alentejo Litoral (72%), Ave (69%) e Aveiro (67%) são as regiões com maior peso dos sectores transacionáveis.

O regime de baixo crescimento do séc. XXI tem sido associado ao elevado peso dos sectores não transacionáveis.

Numa economia muito endividada e em contração demográfica, o crescimento terá de passar por um aumento das vendas ao exterior.

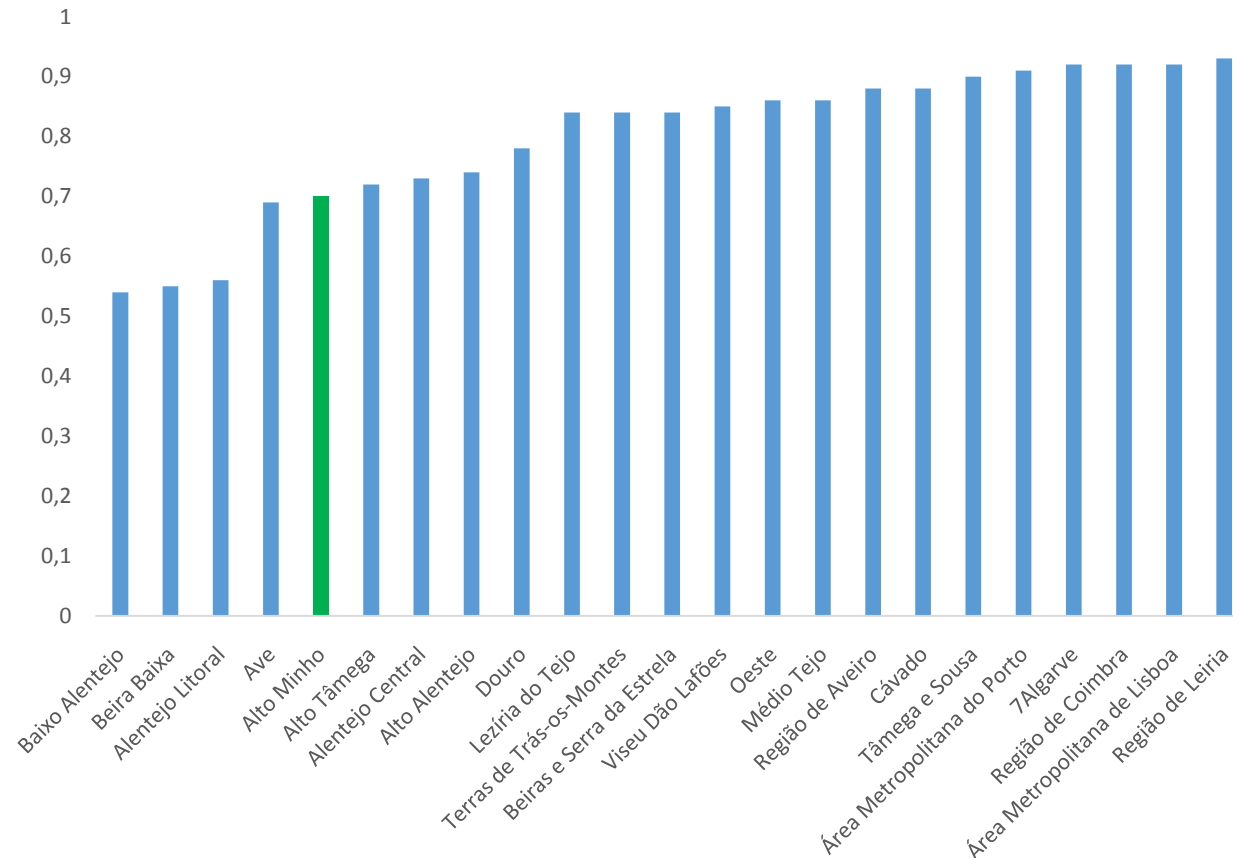
**Nota:** os sectores transacionáveis são definidos como os sectores de atividade em que o peso das exportações no total dos recursos do sector é superior a 15%. Nesta classificação não se inclui o turismo.

## 2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais



Universidade do Minho

### Correlação entre a taxa de crescimento de cada Região e o Resto do País



As políticas nacionais podem beneficiar ou prejudicar a economia das regiões em resultado da sincronização do seu ciclo económico com a economia nacional.

Há vantagem em desenhar políticas específicas para as regiões dessincronizadas do ciclo económico nacional.

Leiria, AM Lisboa e AM Porto têm um ciclo económico muito alinhado com o nacional.

Baixo Alentejo, Beira Litoral, Alentejo Litoral, Ave, Alto Minho têm um ciclo económico muito desfasado do nacional.

**Nota:** As correlações entre a taxa de crescimento das regiões NUTS III e a taxa de crescimento da economia nacional (subtraindo o PIB da região ao PIB nacional) são uma medida de sincronização de cada região com o resto do país.



# Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
- 3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços**
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas

### 3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços



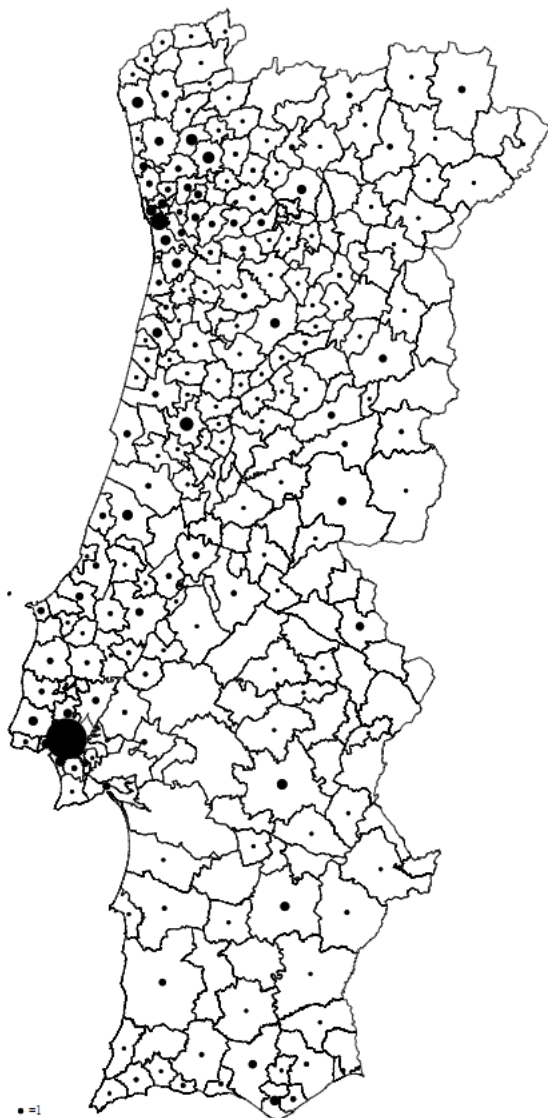
Universidade do Minho

#### Entidades Adm. Central

Entidades da AD Central revelam grande concentração geográfica.

37% das entidades da Ad Central estão na AM Lisboa, 30% na AM Porto e 21% no Centro.

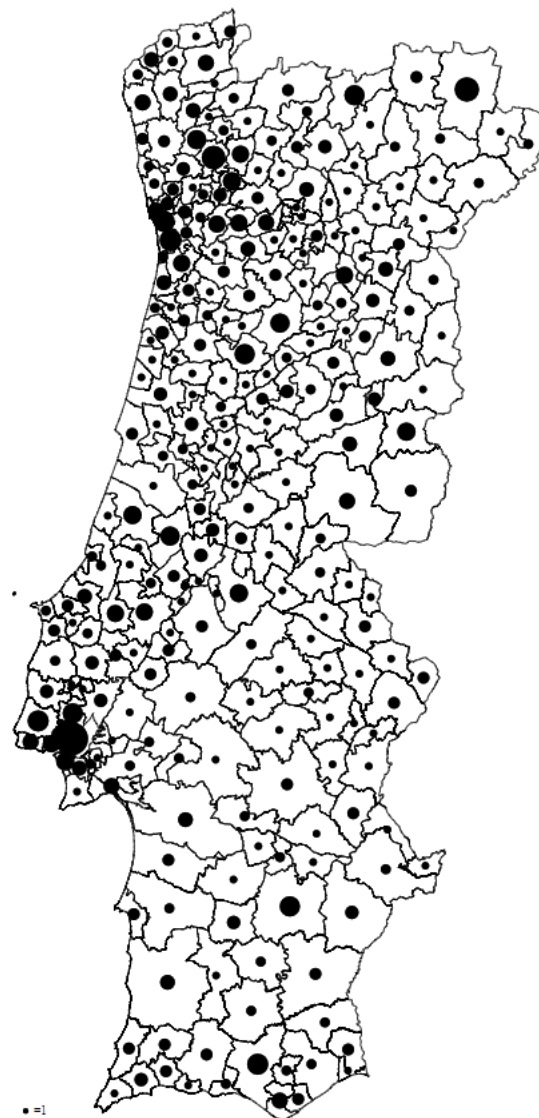
No Norte e no Centro as despesas mais relevantes são na área da saúde e da educação.



•=1

#### Entidades Adm. Local

88% do valor total das aquisições de bens e serviços por entidades da Ad Local são realizadas por municípios.

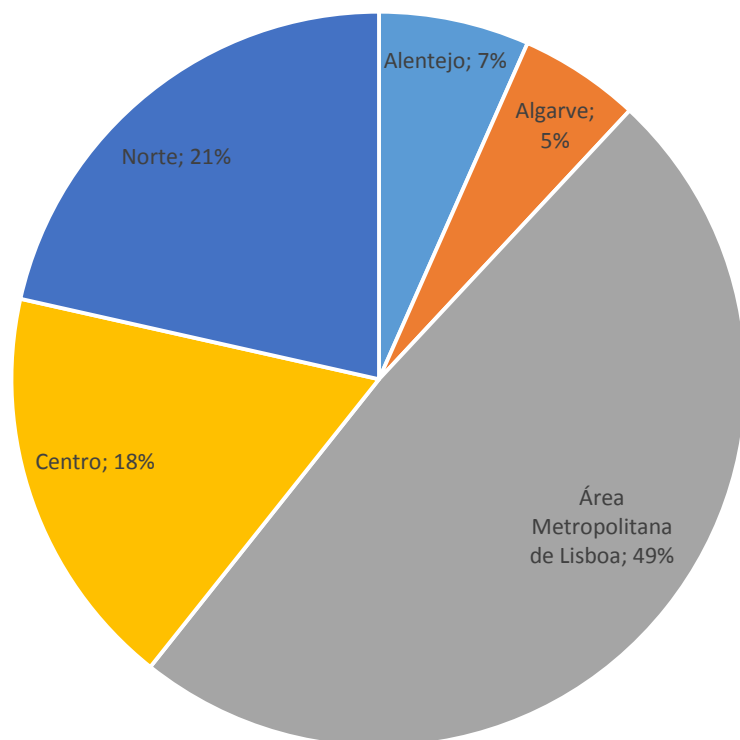


•=1

### 3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços



#### Distribuição regional por NUTS II das compras por entidades públicas em 2016

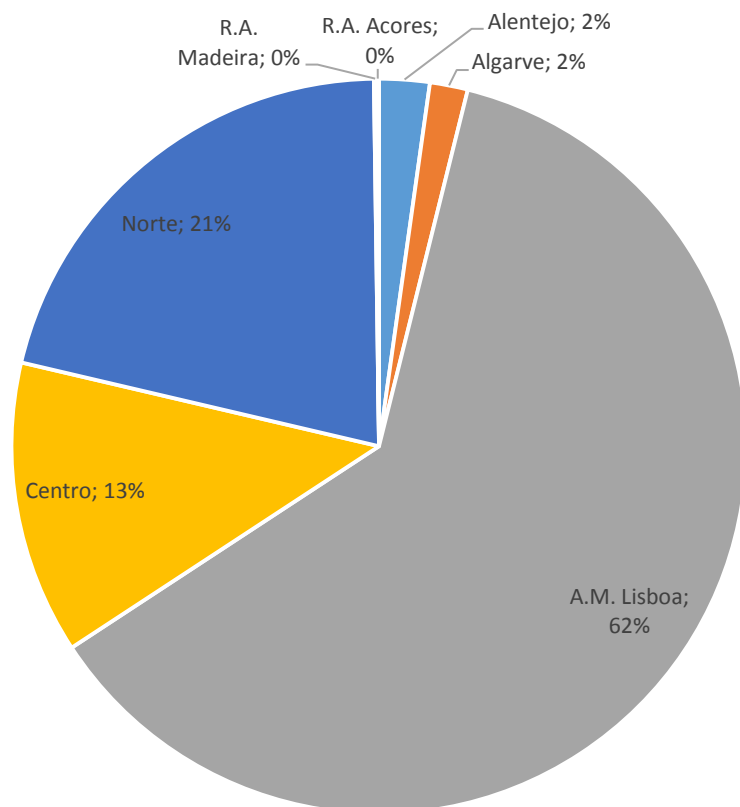


Cerca de metade (49%) do valor das compras das Administrações Públicas (Central e Local) é realizada por entidades localizadas na AM Lisboa.

Entidades públicas sediadas nas regiões Norte e Centro representam 21% e 18% das compras, respetivamente.

### 3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços

#### Distribuição regional das vendas às Administrações Públicas por sede das empresas, NUTS II, em 2016



62% das vendas a entidades públicas foram feitas por empresas sediadas na AM Lisboa, sendo que as entidades públicas aí residentes representavam apenas 49% das compras totais.

As empresas sediadas nas regiões Norte e Centro representaram, respetivamente, 21% e 12% das vendas totais.



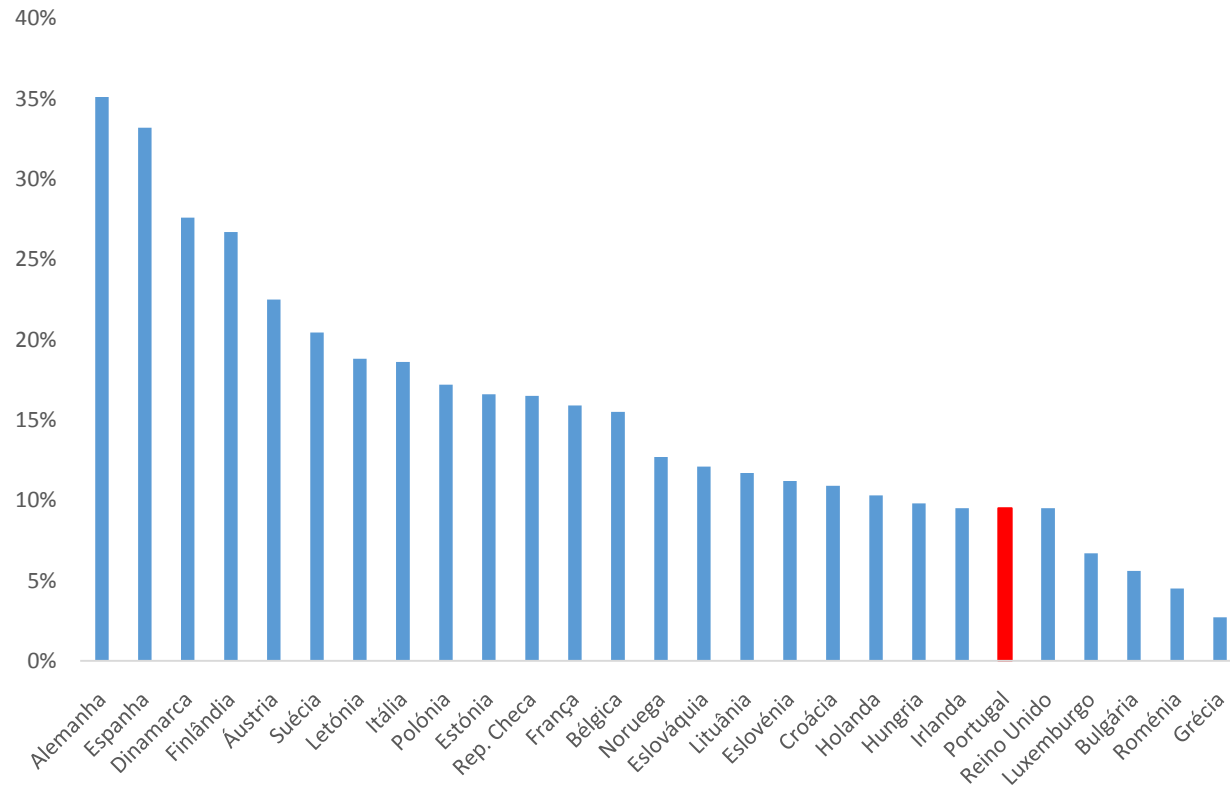
# Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
- 4. Descentralização e os recursos da Administração Local**
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
6. Propostas de políticas públicas



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Rácio da despesa da administração local e da despesa pública total (2016)



Portugal é um dos países com mais elevada centralização da despesa pública.

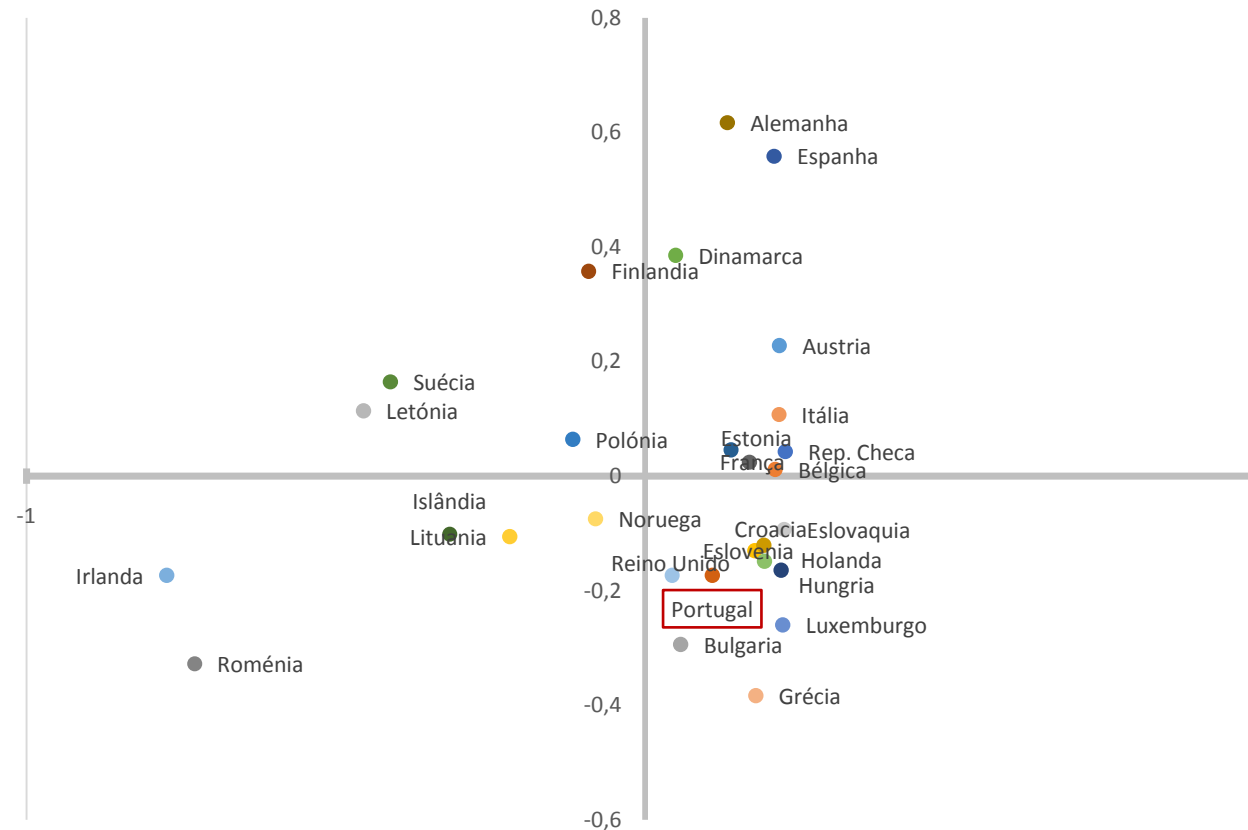
A Administração Local representa apenas cerca de 10% da despesa pública total.





## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Descentralização orçamental e fragmentação territorial



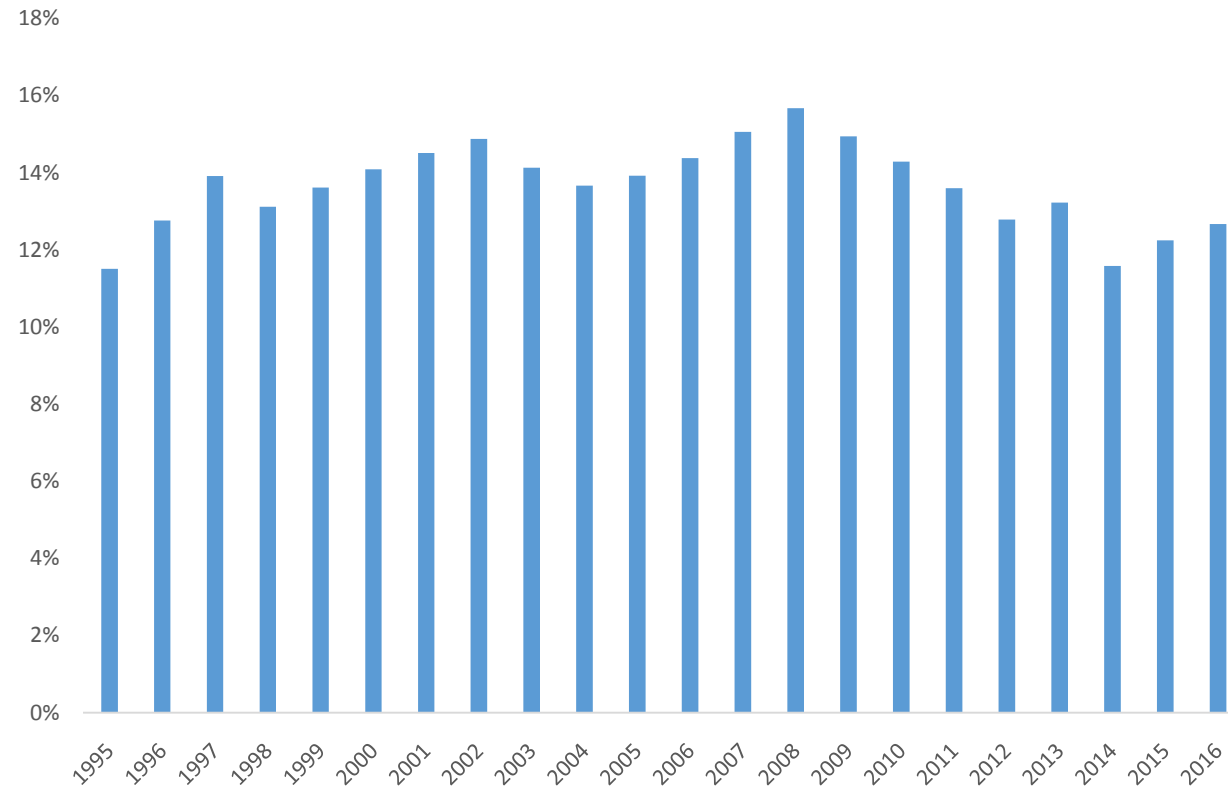
Portugal surge como um país com território fragmentado e uma elevada concentração de competências da Ad Central.

**Nota:** o eixo vertical (descentralização orçamental) é o rácio das despesas efetuadas pelas coletividades locais e do total das despesas públicas: o eixo horizontal (fragmentação territorial) é medido em termos do número de entidades municipais ponderada pela área de cada país.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Peso da despesa da Administração Local na despesa pública total



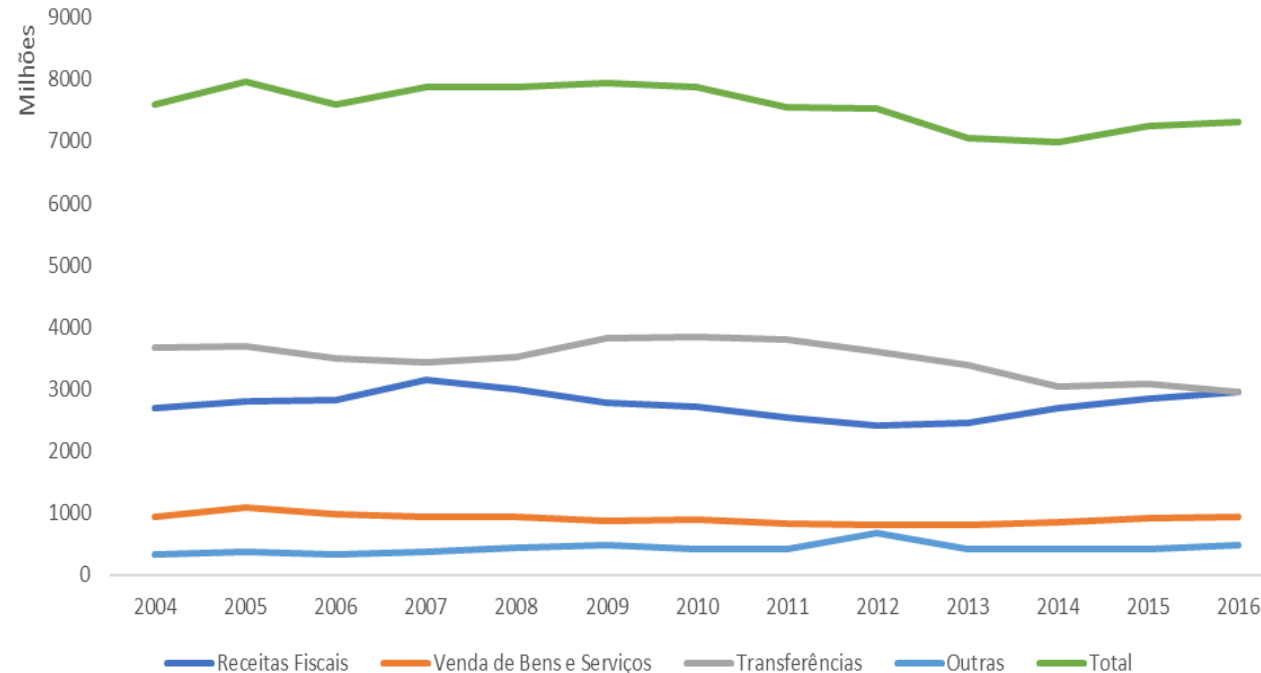
O peso da despesa da Administração Local na despesa pública total atingiu um valor máximo de 15,7% em 2008 (partindo de um valor mínimo de 11,5% em 1995).

Nos anos que se seguiram à crise financeira internacional de 2008, registou-se uma diminuição contínua do peso da despesa da Administração Local, tendo atingido um valor mínimo de 11,6%, em 2014 (ou seja, voltou aos valores de meados da década de 90).



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Estrutura das receitas dos municípios – 2004-2016 (preços 2015)



Entre 2004 e 2016, as receitas totais dos municípios caíram 4%.

Transferências e receitas fiscais representam ao longo de todo o período cerca de 80% das receitas dos municípios.

Entre 2010 e 2016, as transferências do Estado diminuíram 23%.

Entre 2007 e 2016, as receitas fiscais aumentaram 23%.

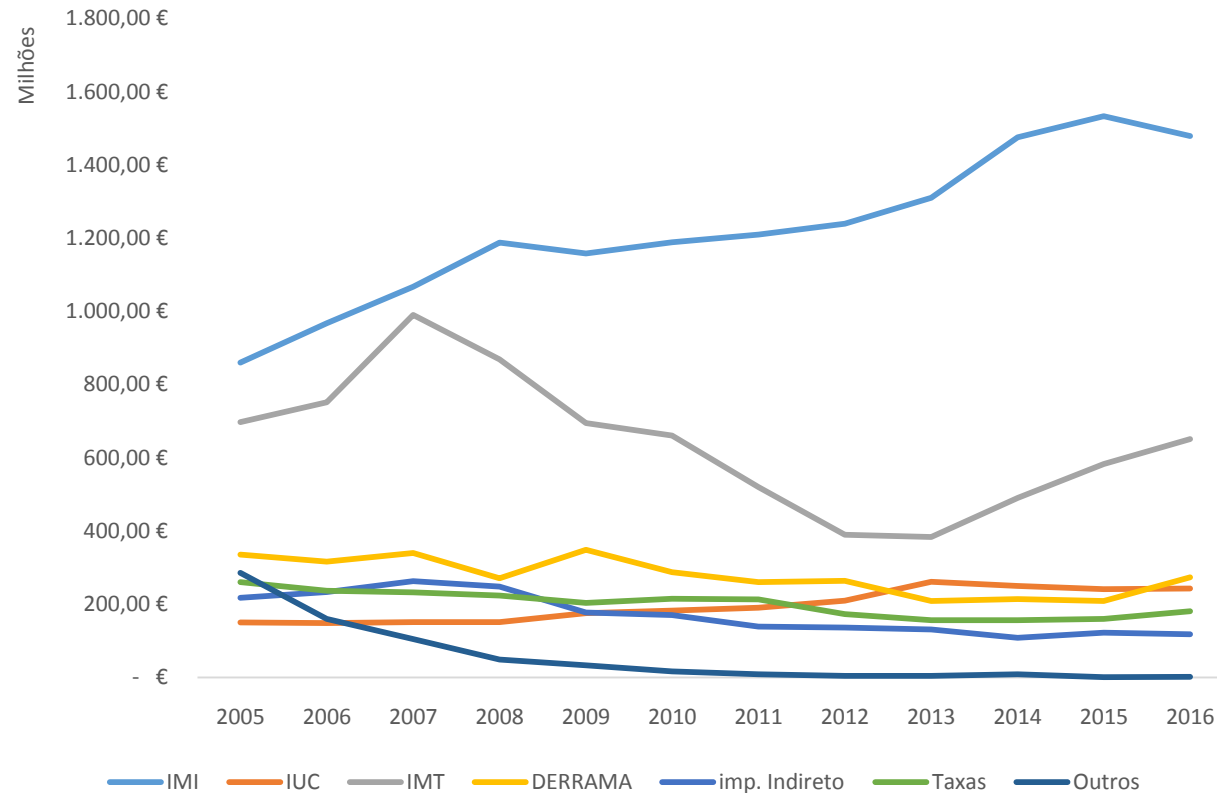
Entre 2004 e 2016, o peso das receitas fiscais aumentou de 33% para 38%, e o peso das transferências diminuiu de 45% para 38%.

Ou seja, em 2016, as receitas fiscais e as transferências tinham o mesmo peso nas receitas totais dos municípios.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Principais componentes da Receita Fiscal, 2005-2016 (preços 2015)

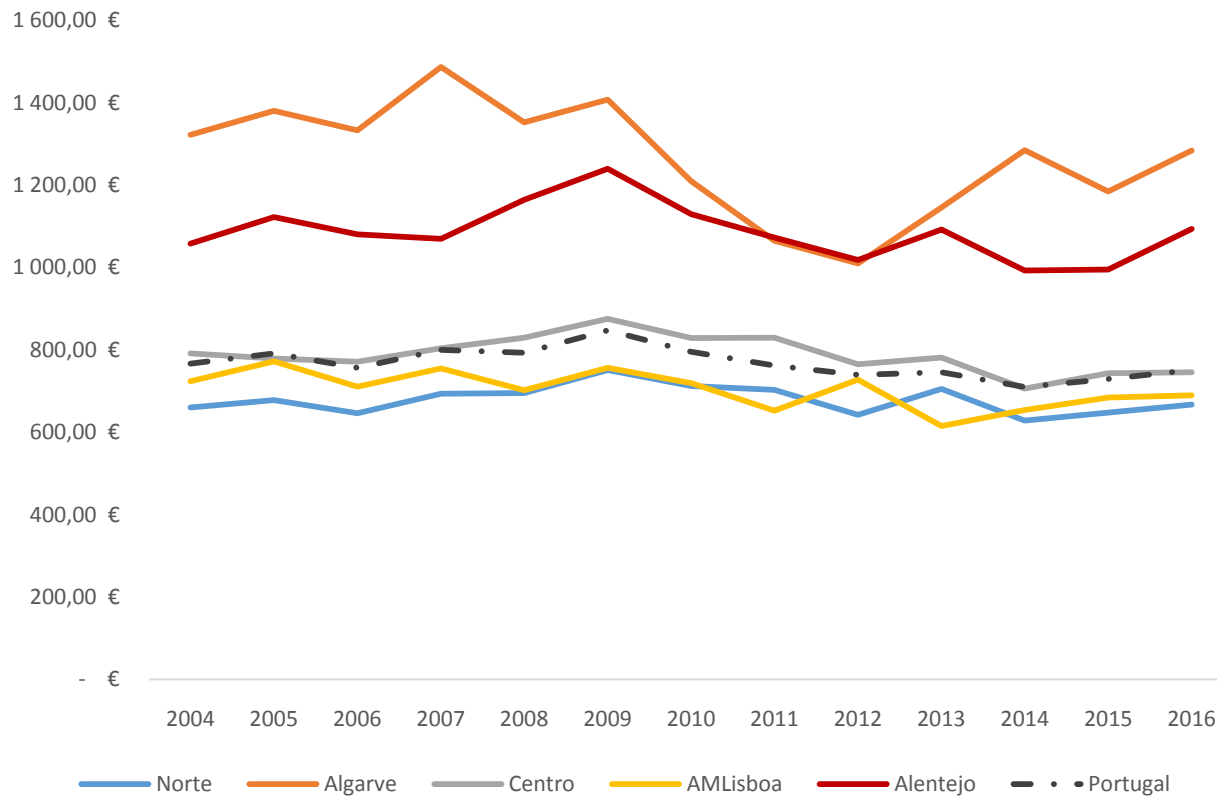


Os impostos mais representativos são os impostos sobre o património – IMI e IMT – e a derrama sobre os lucros das empresas. O peso destes impostos nas receitas fiscais totais aumentou de 51%, em 2005, para 75%, em 2016.

Entre 2005 e 2016, destaca-se o aumento contínuo das receitas do IMI, a principal receita fiscal dos municípios.

## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Evolução das receitas totais per capita, regiões NUTS II, 2004-2016 (preços 2015)



A receita total per capita dos municípios atingiu um valor máximo de €876 em 2009, um aumento de 14% face a 2004. Em 2016, aquele valor era €751.

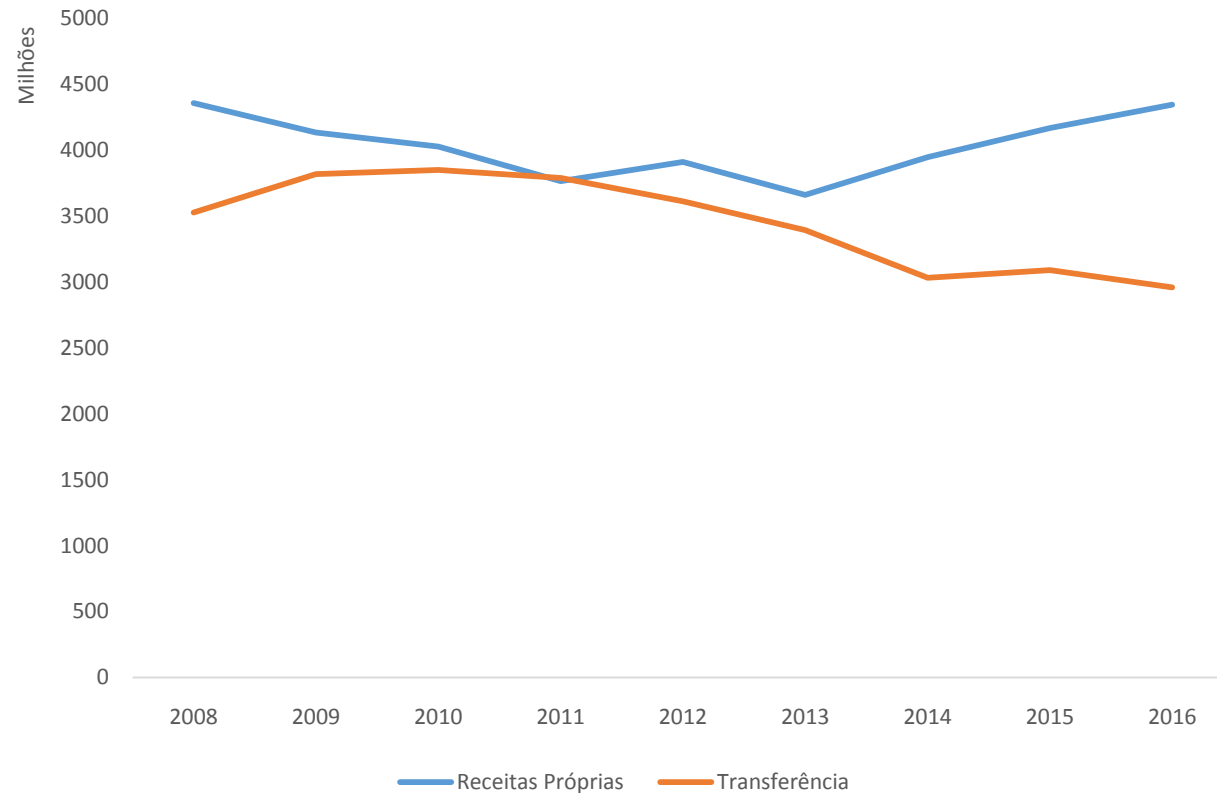
As regiões do Algarve e do Alentejo registaram as receitas totais per capita mais elevadas, bastante acima da média do país.

As regiões Norte e da AM Lisboa apresentam os valores de receitas totais per capita mais baixos. Em 2016, o valor mais baixo foi registado na região Norte, €667.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Evolução das receitas próprias versus transferências – NUTS II, 2005-2016 (preços 2015)



Com a exceção do ano de 2011, entre 2008 e 2016, as receitas próprias excederam sempre o montante das transferências do Estado.

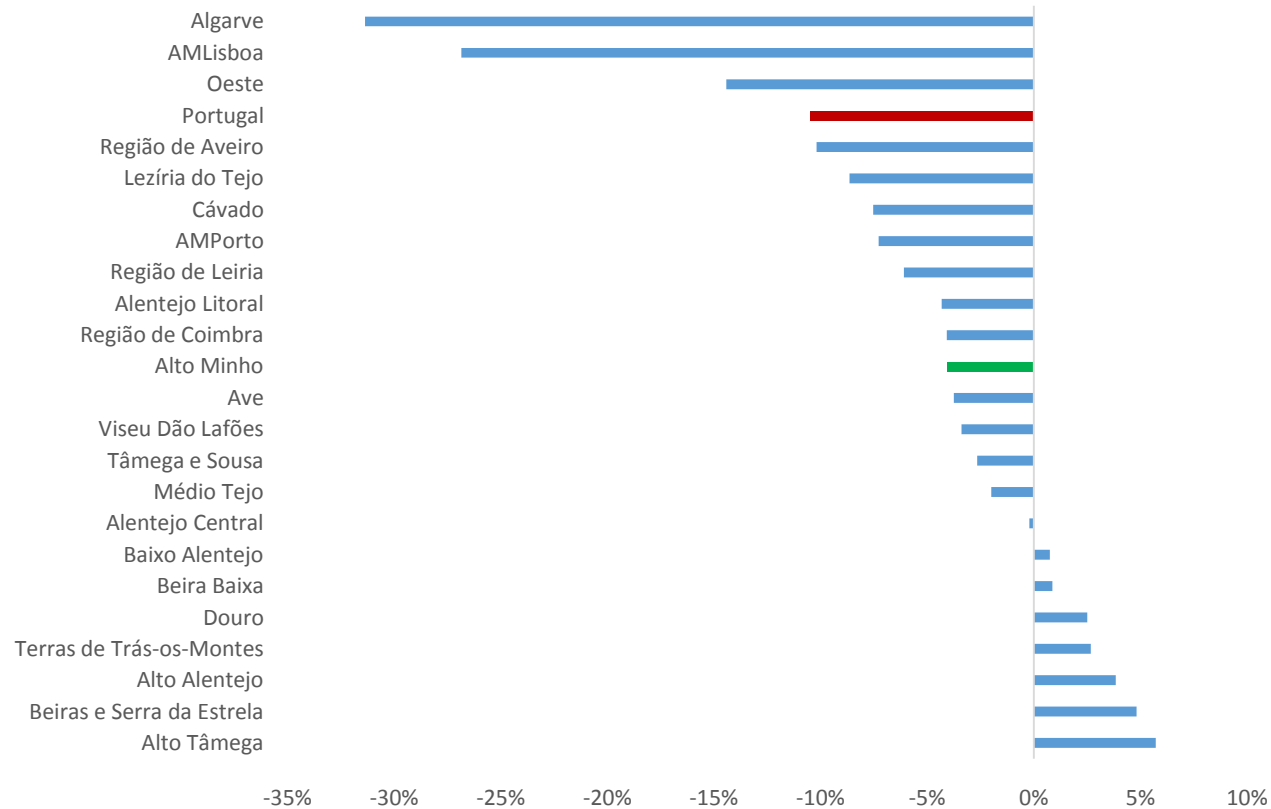
Desde 2010, os municípios tentaram compensar a quebra nas transferências do Estado (-18%) com um aumento das receitas próprias (+11%).

As receitas próprias (receitas fiscais + vendas de bens e serviços) são uma medida da autonomia financeira dos municípios, tendo grande importância para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

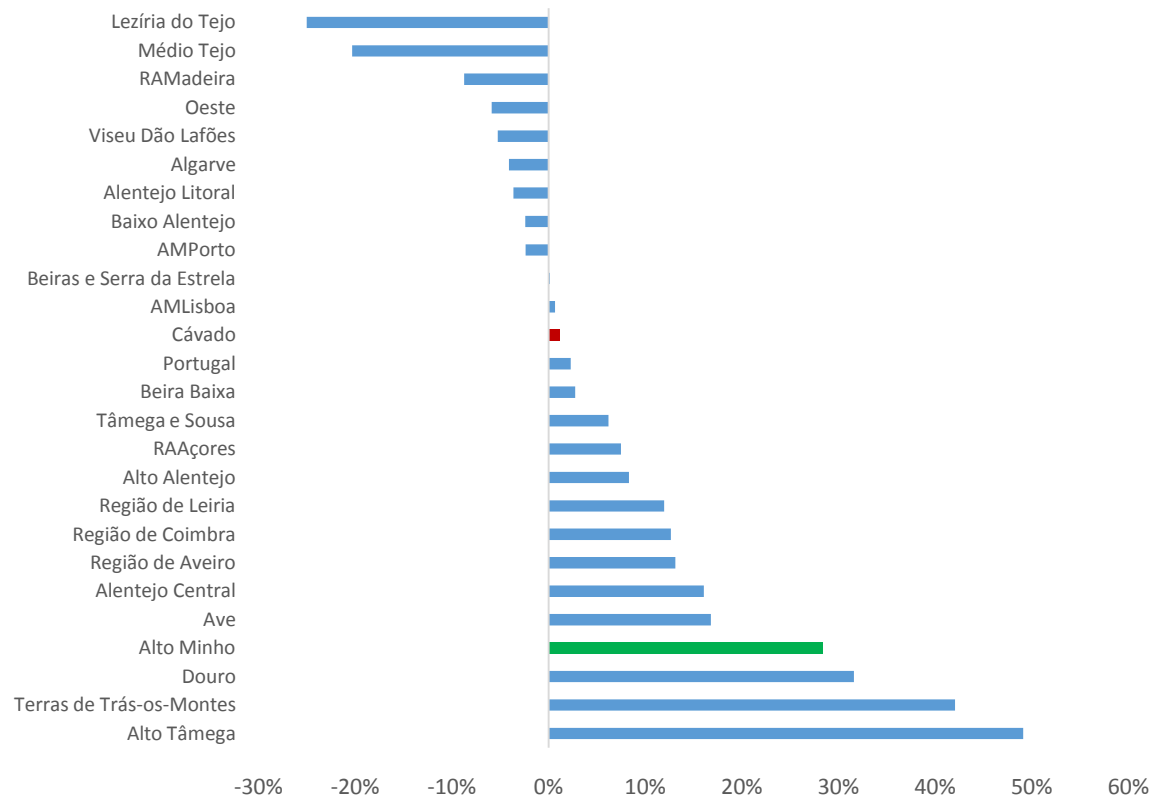
### Variação das transferências per capita, NUTS III, 2005-2016 (preços 2015)



Entre 2005 e 2016, apenas 6 regiões NUTS III registaram um aumento das transferências, tratando-se das regiões com os níveis de PIB *per capita* mais baixo.

## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Variação das receitas próprias per capita – NUTS III, 2008-2016 (preços 2015)



Entre 2008 e 2016, 14 das 23 regiões NUTS III registaram um aumento das receitas próprias.

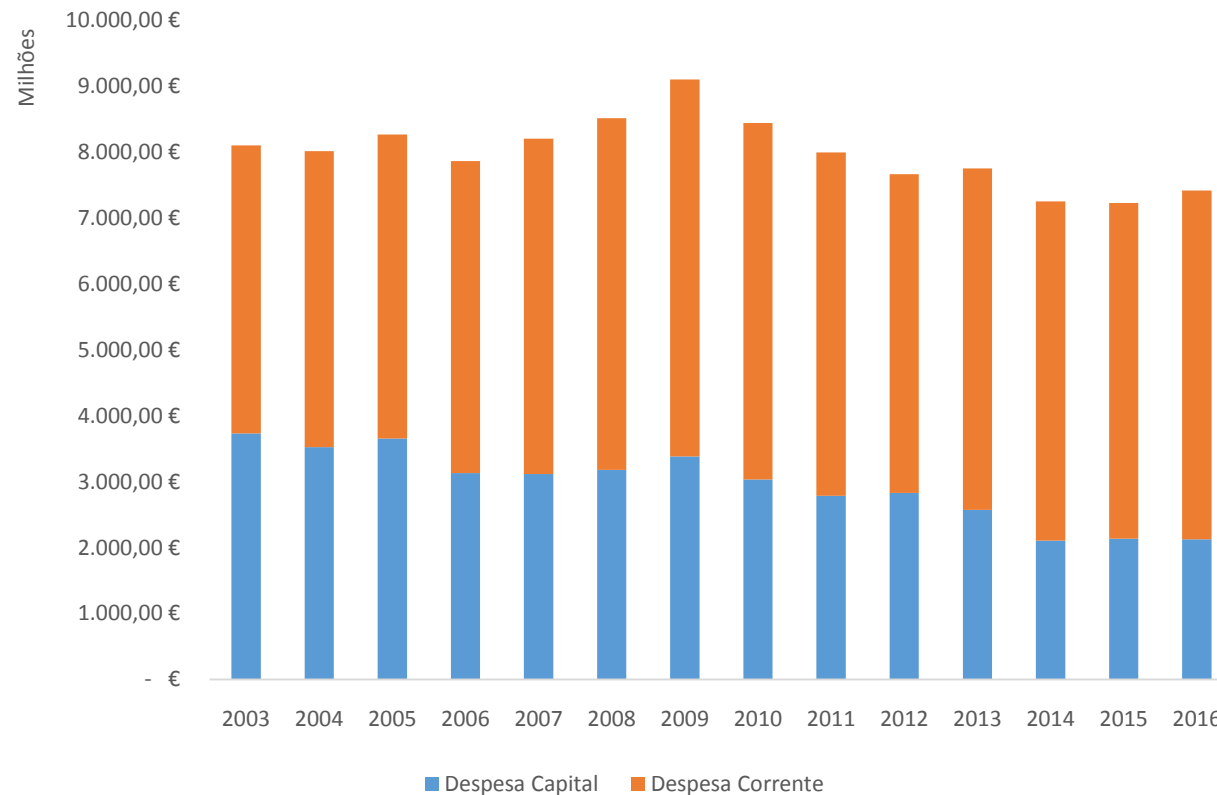
Alto Tâmega (+49%), Terras de Trás-os-Montes (+42%), Douro (+32%) e **Alto Minho (+28%)** foram as regiões que registaram maior crescimento das receitas próprias.





## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Evolução das Despesas Correntes e de Capital, 2003-2016 (preços 2015)

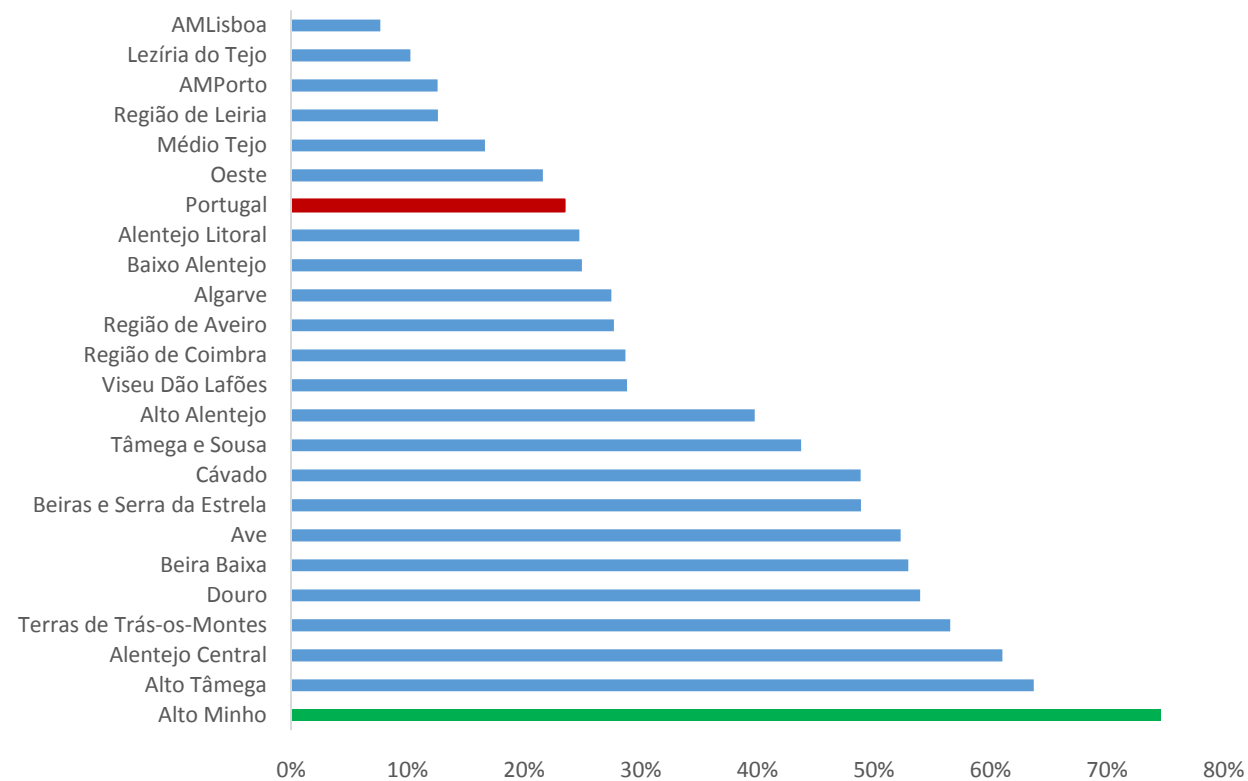


Entre 2003 e 2016, as despesas de capital registaram uma diminuição de 43% e as despesas correntes registaram um aumento de 21%.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Variações da despesa corrente per capita, NUTS III, 2003-2016 (preços 2015)



Entre 2003 e 2016, a despesa corrente per capita dos municípios aumentou 23%.

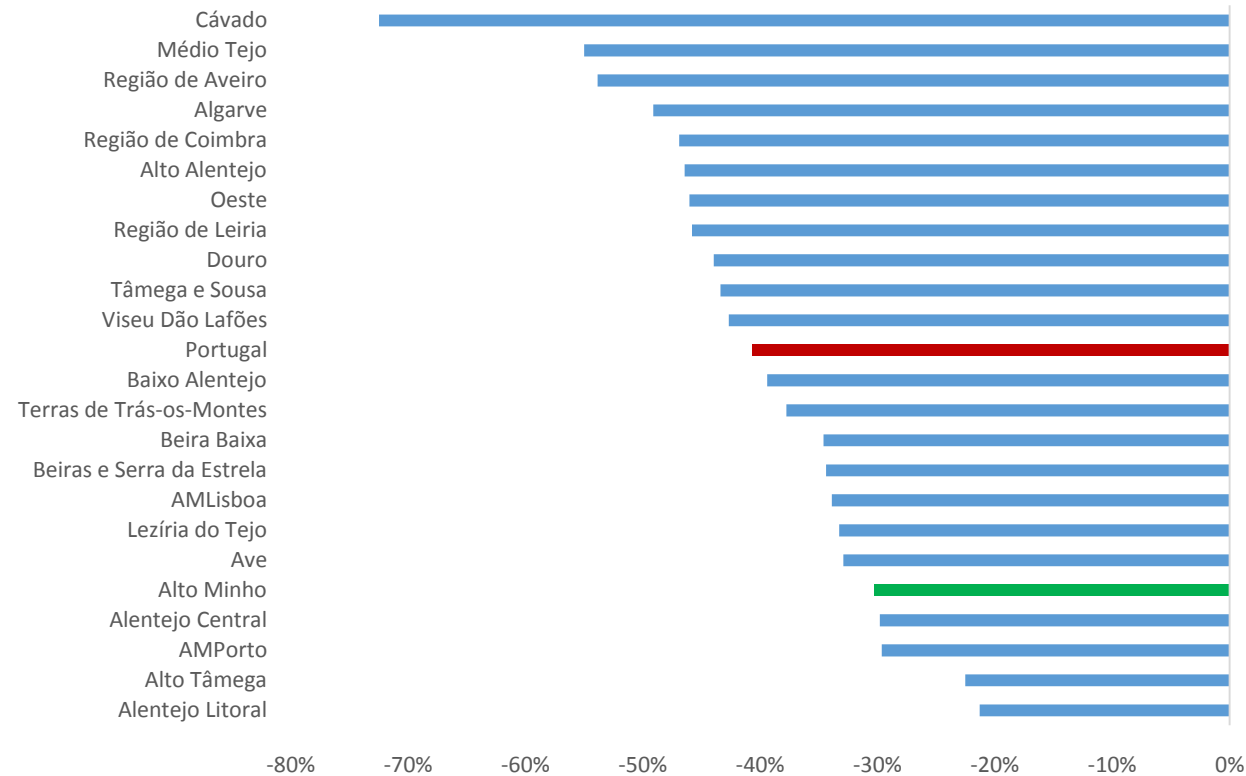
Todas as regiões aumentaram as despesas correntes per capita naquele período.

A AM Lisboa registou o menor aumento, 8%, e o Alto Minho o maior aumento, 75%.



## 4. Descentralização orçamental: os recursos da Administração Local

### Variações da despesa de capital per capita, NUTS III, 2003-2016 (preços 2015)



Entre 2003 e 2016, as despesas de capital per capita dos municípios diminuíram 41%, tendo-se registado uma redução em todas as regiões NUTS III.

A região do Cávado registou a maior quebra, 73%, e o Alentejo Litoral a menor redução, 21%.

O desinvestimento em infraestruturas produtivas, numa região que não apresenta indicadores de desenvolvimento ao nível da média nacional, poderá prejudicar a trajetória de convergência regional.

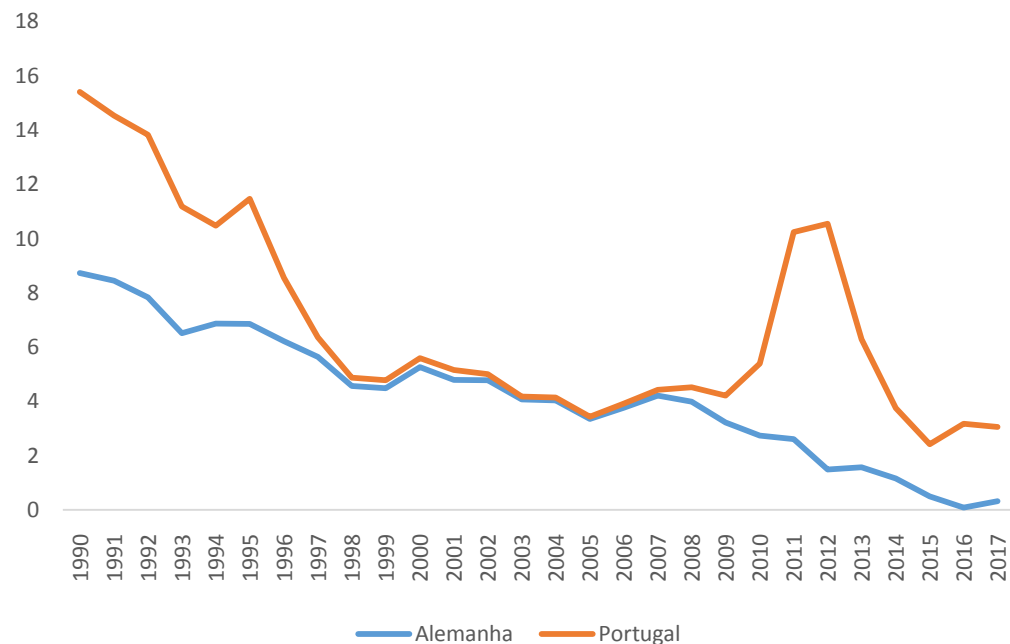


# Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
- 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional**
6. Propostas de políticas públicas

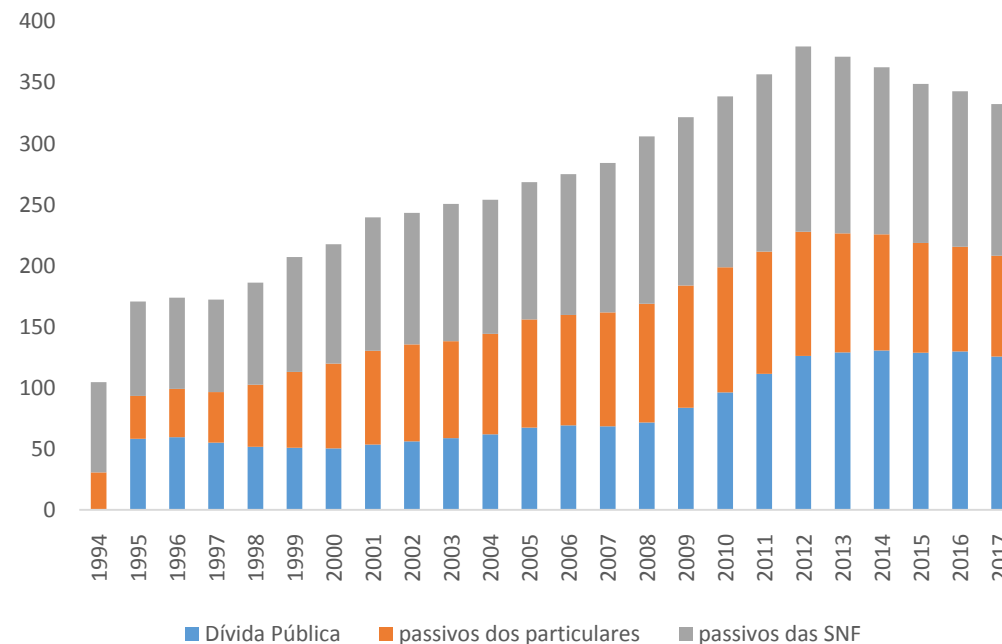
## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Taxas de juro da dívida pública a 10 anos (%)



Fonte: Eurostat

Dívida pública e privada portuguesa, % PIB



Fonte: Banco de Portugal

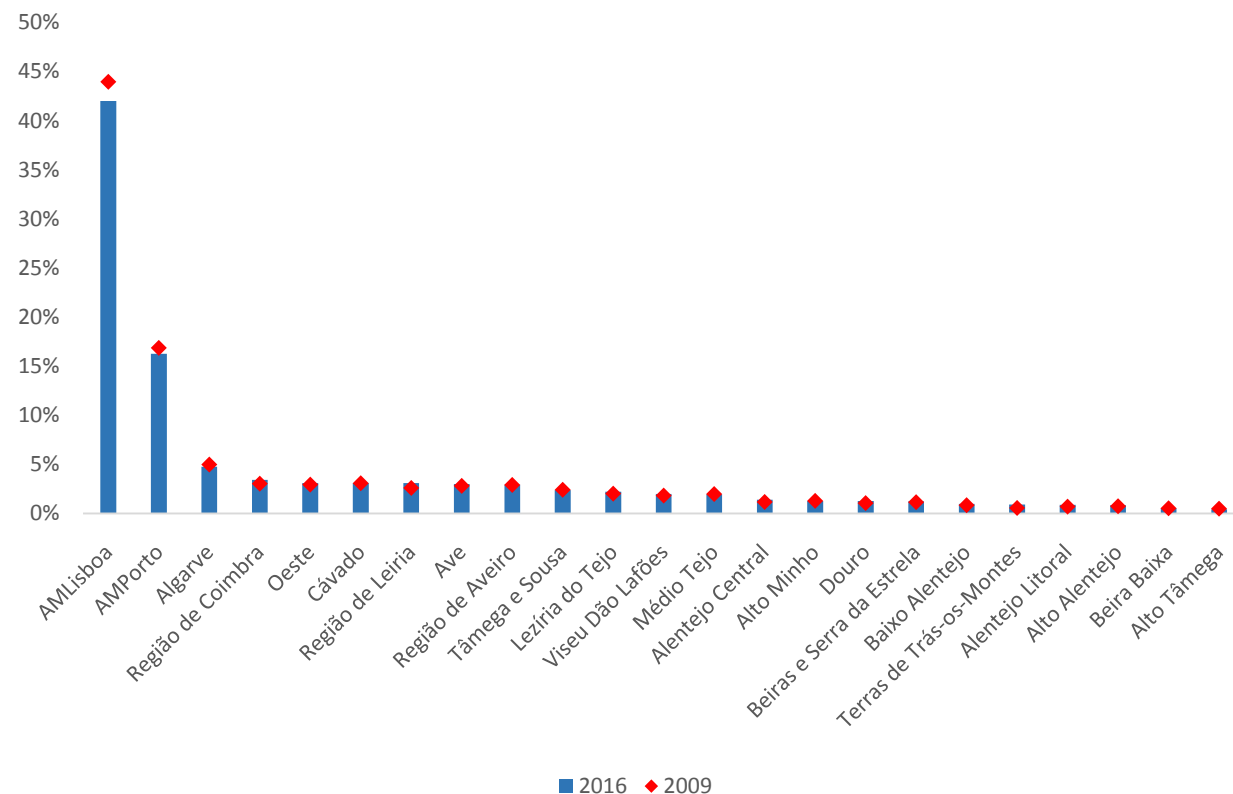
A crise da economia portuguesa foi uma crise da dívida.

Dívida pública e privada atingiu 380% do PIB, em 2012, uma das mais elevadas do mundo.

Nesse contexto, a economia fica muito exposta às variações das taxas de juro, que em grande medida são determinadas pelo Banco Central Europeu. O BCE tem como objetivo a estabilidade da Zona do Euro e não qualquer economia nacional, nem qualquer região de uma dada economia nacional.

## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

### Distribuição do endividamento das empresas e das famílias por regiões NUTS III, 2009 e 2016



Em 2016, a dívida das famílias e empresas da AM Lisboa representava 42% (44% em 2009) do crédito bancário total daqueles agentes.

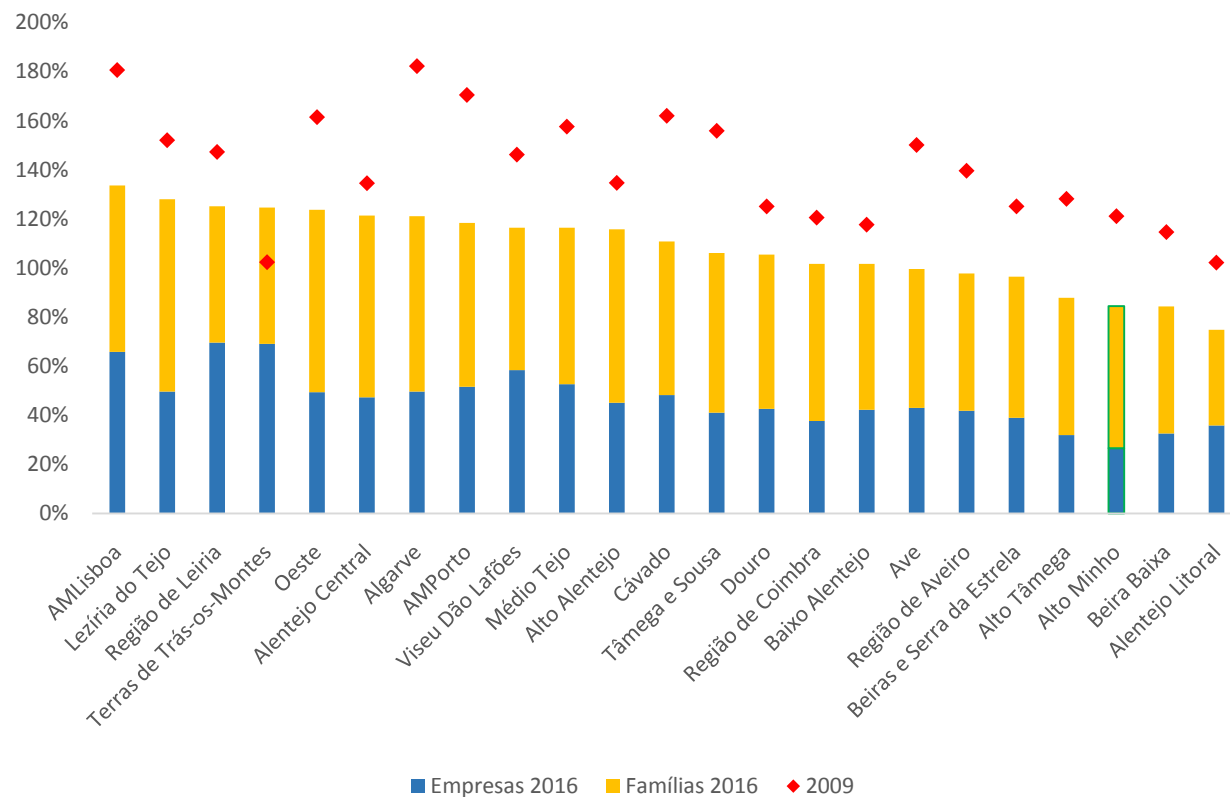
O crédito concentrou-se mais nas regiões em que o mercado da habitação era mais importante e onde os sectores não transacionáveis tinham maior peso.

Regiões com maior peso de PMEs têm maior dificuldade no acesso ao crédito bancário.

Esta figura apresenta os dados do endividamento bancário das famílias e das empresas, tendo em conta a localização do devedor.

## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

### Rácio da dívida das empresas e das famílias em relação ao PIB das regiões NUTS III, 2009 e 2016



O impacto regional das alterações dos mercados financeiros, nomeadamente das taxas de juro, depende do peso do endividamento das famílias e das empresas no PIB das regiões.

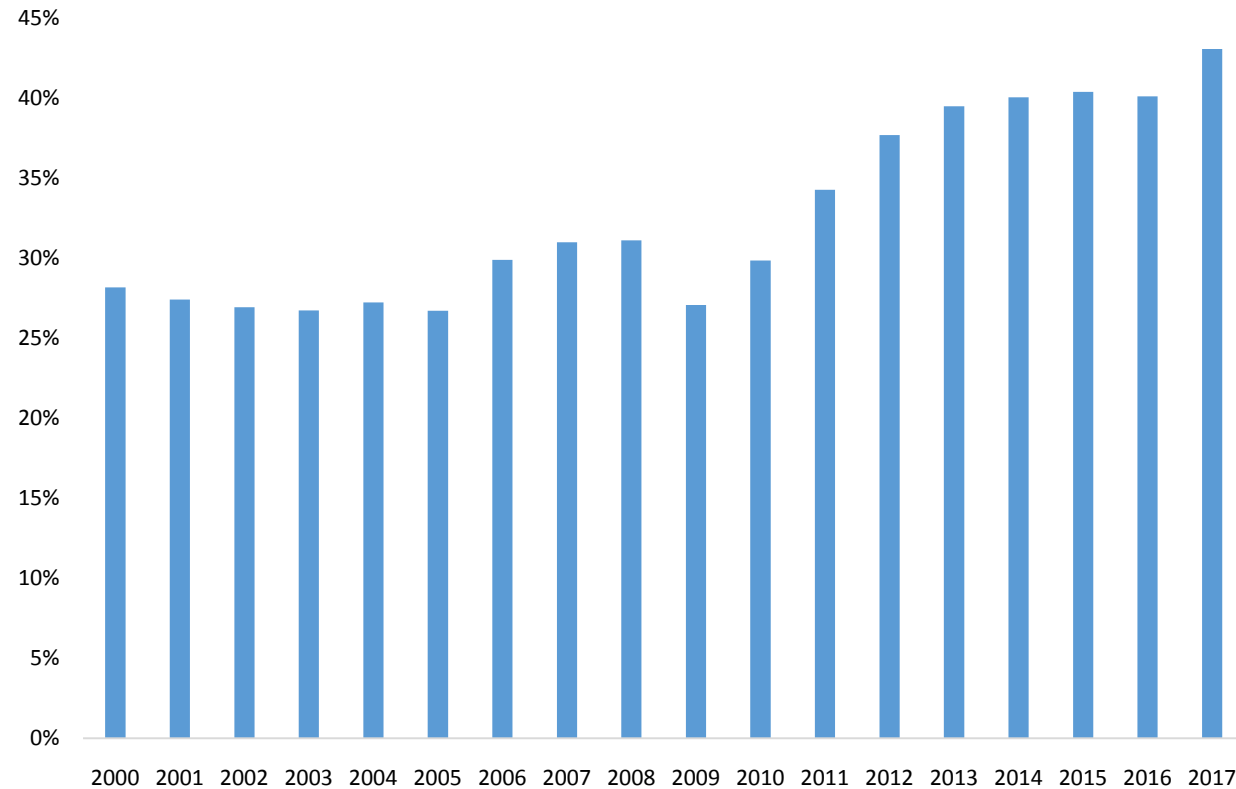
Entre 2009 e 2016, registou-se uma redução significativa dos rácios da dívida, embora com variações entre as regiões (Terras de Trás-os-Montes foi a exceção, tendo registado um aumento).

Em 2016, a AM Lisboa continuava a ter o rácio mais elevado, 136% (181% em 2009). O Alentejo Litoral apresentava o rácio de dívida em relação ao PIB mais baixo, 75% (102% em 2009).



## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

### Peso das exportações no PIB (%)



Numa economia muito endividada e em contração demográfica o crescimento económico deverá assentar no crescimento das exportações.

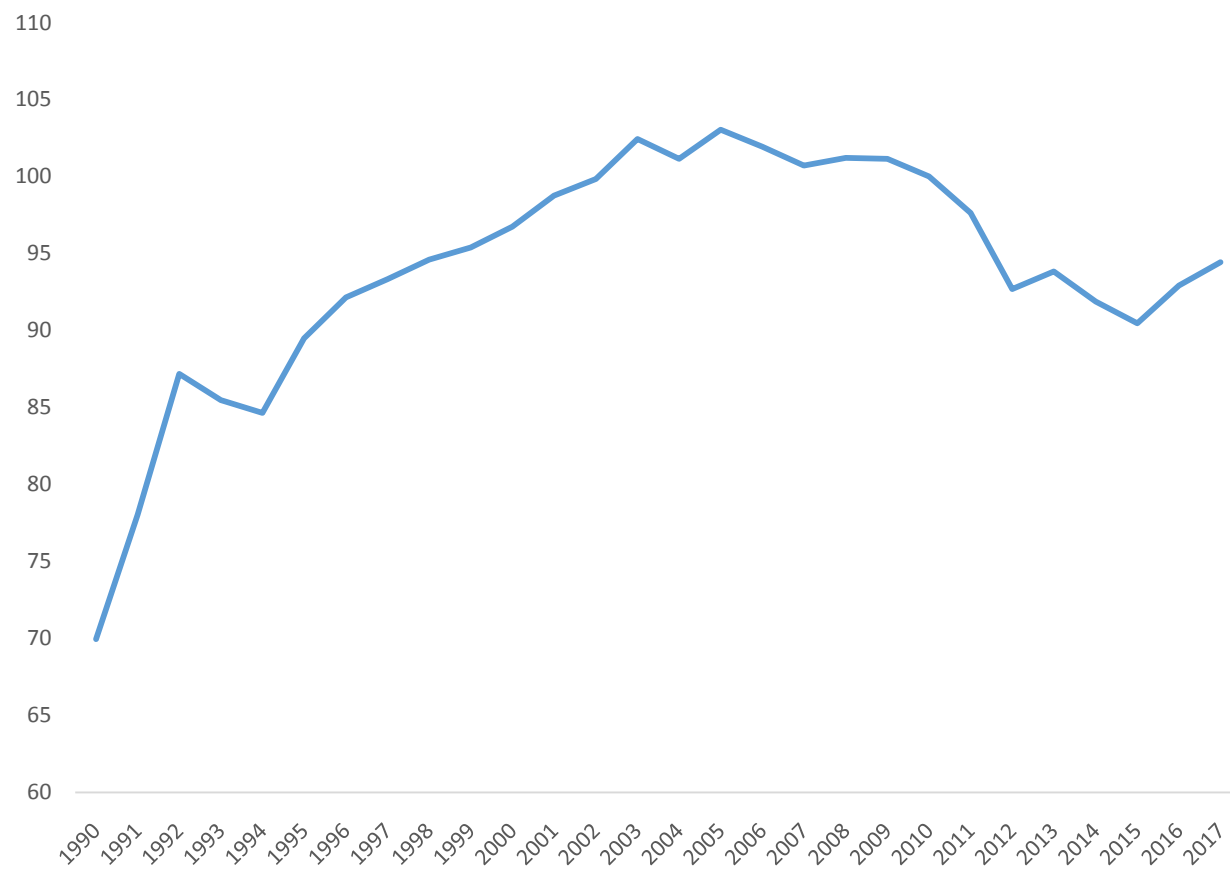
O aumento do peso das exportações no PIB português foi a mais importante alteração estrutural da economia portuguesa na última década.





## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Taxa de câmbio real efetiva, 2010=100



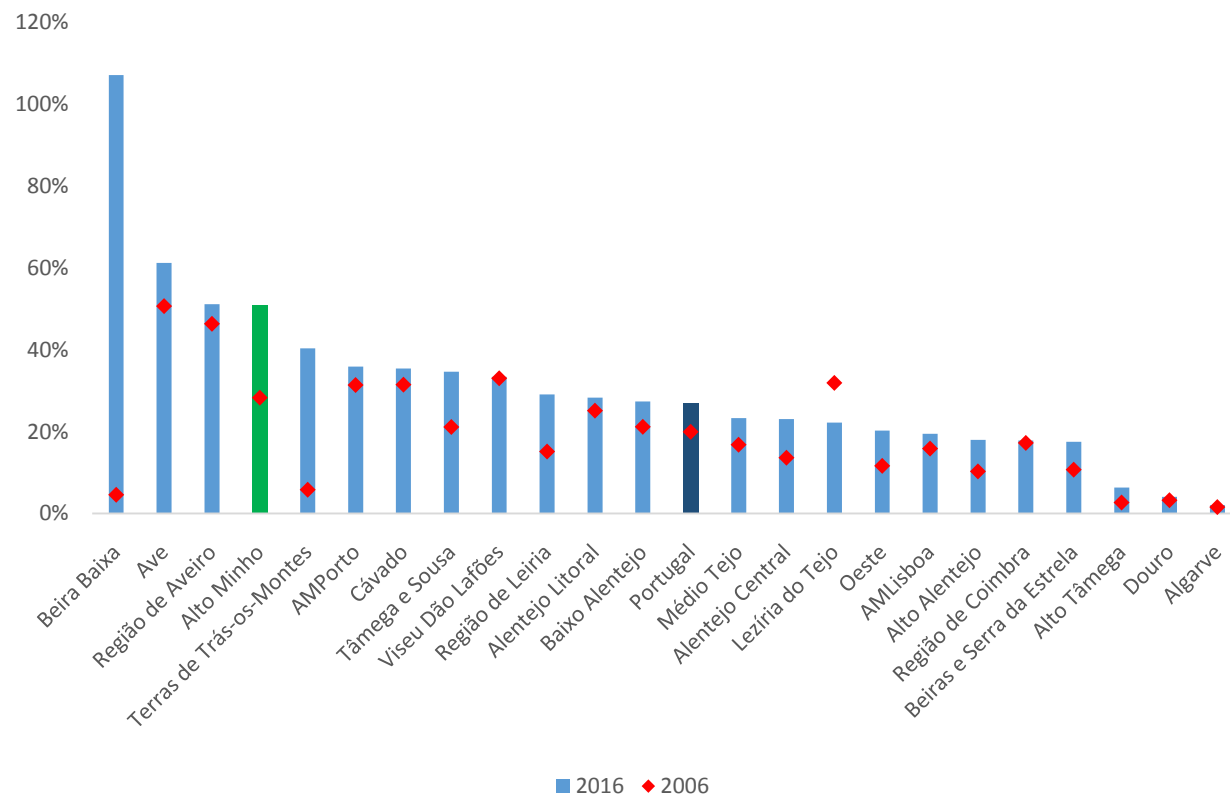
Entre o início dos anos 90 e 2005 a taxa de câmbio efetiva registou uma forte apreciação, afetando negativamente a competitividade da economia portuguesa.

Entre 2010 e 2015, registou-se uma depreciação da taxa de câmbio de cerca de 11%, coincidindo com um forte crescimento das exportações portuguesas.

Nos últimos 2 anos a taxa de câmbio retomou uma trajetória de apreciação, o que poderá afetar negativamente a competitividade da economia e, em particular, dos sectores de baixa e média tecnologia.

## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

### Peso das exportações no PIB, NUTS III, 2008 e 2016



Os efeitos da taxa de câmbio na economia serão tanto maiores quanto mais exposta a economia estiver à concorrência internacional.

Assim, os efeitos das variações da taxa de câmbio podem afetar as regiões de forma assimétrica porque estas podem ter diferentes graus de exposição ao comércio internacional.

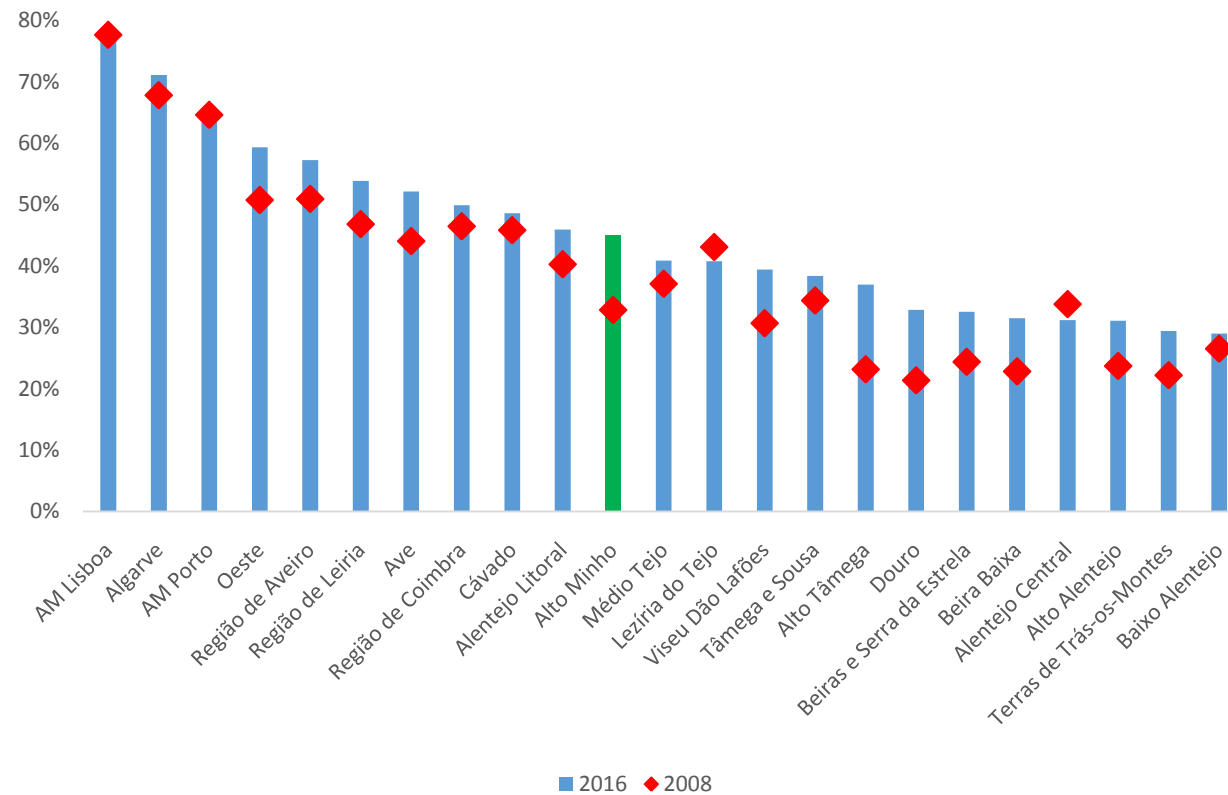
Apenas na Lezíria do Tejo o peso das exportações no VAB da região diminuiu. Embora com variações entre elas, aumentou em todas as outras regiões.

O grau de abertura ao comércio internacional é muito variável. As regiões da Beira Baixa (107%), Ave (61%), Aveiro (51%) e Alto Minho (51%) têm todas um peso das exportações no PIB superior a 50%.

Por outro lado, 8 regiões têm um peso das exportações no PIB igual ou inferior a 20%.

## 5. Assimetrias, descentralização e convergência regional

Rácio das receitas próprias nas receitas totais, NUTS III, 2008 e 2016



Vimos que as assimetrias no grau de abertura das regiões e no seu nível de endividamento, que medeiam os efeitos das variações da taxa de câmbio e das taxas de juro, podem estar na origem das diferenças regionais na atividade económica.

Também tínhamos visto que diferenças de especialização das regiões podem resultar em ciclos económicos regionais assíncronos.

A dessincronização dos ciclos económicos regionais requer medidas de política específicas que aumentem a resiliência das regiões a choques e que permitam implementar estratégias próprias de desenvolvimento.

Neste contexto, as receitas próprias dos municípios/regiões podem constituir um importante instrumento de política.



# Índice

1. Assimetrias regionais no século XXI: economia, população e qualificações
2. Estrutura produtiva e dessincronização dos ciclos económicos regionais
3. Distribuição regional dos serviços do Estado e da despesa em bens e serviços
4. Descentralização e os recursos da Administração Local
5. Assimetrias, descentralização e convergência regional
- 6. Propostas de políticas públicas**



## 6. Propostas de políticas públicas

### **1. Aumentar as receitas próprias dos municípios**

O aumento das receitas próprias requer a transferência da responsabilidade de receitas do Governo Central para a Administração Local, como sejam o aumento de impostos sobre o rendimento (IRC e IRS), compensados por reduções da coleta a nível central de forma a não aumentar a carga fiscal do país.

Atribuir a derrama municipal aos municípios que contribuem com os seus recursos para as atividades de empresas com sede noutros municípios, em particular em Lisboa.



## 6. Propostas de políticas públicas

### 2. Política regionais e competitividade

O crescimento da economia nacional, aproveitando o potencial das diferentes regiões, com fatores de competitividade específicos, **requer políticas direcionadas às condições específicas das diferentes regiões.**

O envolvimento das entidades locais, públicas e privadas, é essencial dada a necessidade de respostas rápidas às exigências dos mercados internacionais, que mudam de forma cada vez mais acelerada.

**Os municípios devem ter uma maior capacidade de influenciar/controlar a qualidade do ensino.**

**A oferta de ensino profissional** nas escolas do sistema de ensino formal (Min. Educação) deve ser articulada com a oferta de ensino profissional oferecida pelos centros protocolados setoriais e com a oferta do IEFP. É necessário um maior envolvimento das entidades locais, públicas e privadas, incluindo das associações empresariais



## 6. Propostas de políticas públicas

### **3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado**

A análise da distribuição geográfica das entidades públicas e das empresas fornecedoras do Estado mostra uma grande concentração na AM Lisboa.

Dada a importância dos serviços públicos nas economias locais, nomeadamente através das compras públicas, é essencial deslocalizar e/ou desconcentrar serviços da Administração Central, que são responsáveis pela maior fatia da despesa em bens e serviços.



## 6. Propostas de políticas públicas

### 3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado

É também essencial rever o modelo de compras públicas, de forma a garantir maior igualdade entre empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços ao Estado.

Devem ser avaliadas as barreiras à entrada de PMEs no “mercado da contratação pública”, nomeadamente no acesso às plataformas de contratação pública.

Estas propostas são fortalecidas pela confirmação apresentada neste estudo de que **as entidades da Administração Local apresentam maior eficiência na aquisição de bens e serviços do que as entidades da Administração Central.**





## 6. Propostas de políticas públicas

### 3. Promover uma distribuição geográfica mais equilibrada das empresas fornecedoras do Estado

**As entidades reguladoras** deveriam estar situadas fora da capital, de forma a promover uma maior independência destas entidades face ao poder político e económico, promovendo dessa forma um melhor funcionamento dos mercados e uma maior competitividade da economia.

Elaborar plano a 10 anos para a **deslocalização de Lisboa para outras cidades de todas as entidades reguladoras**.

Esta medida deverá ser também aplicada a outras entidades como o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas ou a Provedoria de Justiça.

Qualquer nova instituição pública a ser criada deverá localizar-se fora de Lisboa. A localização na capital deverá ser suportada por um estudo.



## 6. Propostas de políticas públicas

### 4. Melhorar articulação entre entidades da Administração e Local

As regiões deveriam assim ter representantes num ‘Conselho das Regiões’ da AICEP de forma a garantir uma maior transparência e mais informação sobre as condições de competitividade da economia. E uma maior concorrência entre as regiões por esse tipo de investimento.

Poderiam ser definidos valores mínimos para o investimento e postos de trabalho que passariam por aquele órgão com representantes regionais.

Reforçar a articulação entre AICEP e as agências de investimento local, como a ***InvestPorto*** e a ***InvestBraga***.



## 6. Propostas de políticas públicas

### 5. Desenvolver o mercado de capitais nas regiões exportadoras

As conclusões deste trabalho sobre a importância do endividamento no desempenho económico das regiões, reflete uma dimensão mais geral da **importância das condições de financiamento da economia, em particular do financiamento do investimento das empresas.**

É necessário acautelar as condições de financiamento das regiões, em particular das regiões com mais vocação exportadora, que mostraram ser na última década o motor da economia nacional, e que têm mais dificuldade em aceder aos mercados de capitais.

Neste contexto podem ser relevantes instituições como o **IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.**